



ESTADO DO AMAPÁ

DIÁRIO OFICIAL



MACAPÁ, 11 DE JUNHO DE 1996 - 3ª-FEIRA Nº 1334 - Circulação: 12.06.96 às 10:30h

Governador do Estado
JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE

Chefe do Gabinete do Governador
JARDEL ADAILTON S. NUNES

Chefe da Casa Militar
M. RICARDO LEÃO DIAS

Vice-Governador do Estado
ANTÔNIO ILDEGARDO GOMES DE ALENCAR

Secretário de Estado da Fazenda
GETÚLIO DO ESPÍRITO SANTO MOTA

Secretário de Estado da Educação e Cultura
MARIA JOSÉ DE SOUZA RIGAMONTI

Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública
BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS

Auditora Geral do Estado
MARIVALDA MACIEL SIMÕES

SECRETARIADO

Secretário de Estado da Administração
MANOEL ANTONIO DIAS

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
JOSÉ RAMALHO DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Saúde
JOCY FURTADO DE OLIVEIRA

Secretária de Estado do Trabalho e da Cidadania
MARIA VITÓRIA MACHADO

Secretária de Estado do Meio Ambiente
MARY HELENA ALLEGRETTI

Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento
MARIA BENIGNA OLIVEIRA DO NASCIMENTO JUCA

Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos
AMILTON LOBATO COUTINHO

Procurador Geral do Estado
RUBEN BEMERGUY

Defensor Público Geral do Estado
JOSÉ RONALDO SERRA ALVES

PODER EXECUTIVO

LEIS

Lei Nº 0275 de 11 de JUNHO de 19 96

Declara como de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO ZERÃO - AMBEZEG (ZERÃO) e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada como instituição de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Amapá, a Associação de Moradores do Bairro ZERÃO - AMBEZEG (ZERÃO).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá, 11 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Lei Nº 0276 de 11 de JUNHO de 19 96

Declara como de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MACAPÁ e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Declara-se como de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE MACAPÁ, sediada na Casa do Artesão, localizada à Rua Azarias Neto, s/n, bairro Central, nesta cidade de Macapá-AP, para fins do que determina a Lei nº 0027, de 31 de agosto de 1992.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Macapá, 11 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Lei Nº 0277 de 11 de JUNHO de 19 96

Declara de utilidade pública a Associação de Defesa do Consumidor do Estado do Amapá - ADECON e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada como instituição de utilidade pública no âmbito do Estado do Amapá, a Associação de Defesa do Consumidor do Estado do Amapá - ADECON.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 11 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Lei Nº 0278 de 11 de JUNHO de 19 96

Autoriza concurso para preencher vagas na Banda de Música da Polícia Militar e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover concurso para preenchimento de vagas na Banda de Música da Polícia Militar, nos postos de Regente e de Mestre, conforme o Quadro de Especialista Músico, para a Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 11 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Lei Nº 0279 de 11 de JUNHO de 19 96

Declara de utilidade pública o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Amapá - SENAR/AP e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada como instituição de utilidade pública no âmbito do Estado do Amapá, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Amapá - SENAR-AP.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá-AP, 11 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Lei Nº 0280 de 11 de JUNHO de 1996

Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública para o Estado do Amapá da Associação de Voluntários do Amapá - AVA

O Governador do Estado do Amapá

FAÇO SABER QUE A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - É reconhecida de Utilidade Pública, nos termos da Lei nº 0027, de 31 de agosto de 1992, a ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS DO AMAPÁ - AVA, entidade filantrópica e assistencial, com estatuto registrado sob nº 0229 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sede em Macapá, Estado do Amapá, à Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, s/nº.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Macapá-AP, 11 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

MENSAGENS

MENSAGEM Nº 0014 /96-GEA

VETO TOTAL DO PROJETO DE LEI Nº 007/96

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 107, da Constituição do Estado do Amapá, comunicar que resolvi VETAR TOTALMENTE o Projeto de Lei nº 007/96, de iniciativa parlamentar, aprovado por essa Assembleia Legislativa em 14.05.96, que "regula a aposição de película nas áreas envidraçadas de veículos automotores e dá outras providências", por ser manifestamente inconstitucional e contra o interesse público.

RAZÕES DO VETO

"A Lei 5108, de 21 de setembro de 1966, institui o Código Nacional de Trânsito, alinhava: Artigo 1º - O Trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do Território Nacional, abertas à circulação pública, reger-se-á por este Código. § 1º - São vias terrestres as Ruas, Avenidas, Logradouros, Estradas, Caminhos ou Passagens de domínio público. § 2º - Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praças abertas ao trânsito Artigo 2º - Os Estados poderão adotar normas às peculiaridades locais, complementares ou supletivas da Lei Federal. O Decreto 62127, de 16 de janeiro de 1968, aprova o regulamento do Código Nacional de Trânsito". Nota 37 a CF, Melo Andreotti Neto, pg. 42.

Está superada a controvérsia atinente à competência do Estado para legislar sobre a matéria trânsito, e o Projeto VETADO versa sobre "veículo" e não trânsito, ferindo a exclusividade da competência da União. E, assim sendo, a competência desta, no mister, é exercida pelo Conselho Nacional de Trânsito que através da Resolução nº 747, de 03 de agosto de 1990, proíbe a aposição de películas nas áreas envidraçadas dos veículos.

E, com efeito, o art. 1º da Resolução em referência, estabelece:

"Art. 1º - Fica proibida a aposição de quaisquer películas, refletivas ou não, nas áreas

envidraçadas dos veículos automotores, ou ainda qualquer aplicação de tintas ou adesivos que possam interferir no nível de transparência dos vidros, exceto as aplicações especiais autorizadas pelo Conselho Nacional de Trânsito"

No caso vertente, o Projeto de Lei ora VETADO, além de invadir a competência da União, apresenta limites de transparência de luminosidade, muito inferiores ao fixado pelo CONTRAN para utilização pelo fabricante, não se identificando, portanto, com o indicado pelo Órgão no considerando da Resolução:

"... que os vidros de segurança devem permitir toda visão luminosa e de tal transparência, em relação à sensibilidade do olho humano, à claridade para a luz Padrão A adotada pela Comissão Internacional de iluminação ou luz de lâmpada de tungstênio, temperatura de cor de filamento 2854 K, não deverá ser menor de 75% para vidros de pára-brisas e 70% para vidros laterais e traseiros".

Enquanto isso, o Projeto de Lei ora VETADO, paradoxalmente fixa para as películas o seguinte:

I - É permitida no pára-brisa dianteiro e nas portas dianteiras, desde que com um limite mínimo de transparência de 35% (trinta e cinco por cento).

II - É permitida nas portas e partes traseiras, desde que com uma transparência no limite mínimo de 20% (vinte por cento).

Por outro lado, acolher-se a proposição parlamentar, seria contrariar-se o admitido também em considerando da Resolução, de que vem sendo prática frequente a colocação de película nas áreas envidraçadas dos veículos com objetivo de escurecimento do seu interior, tornando a visibilidade de fora para dentro e de dentro para fora excessivamente prejudicada, facilitando inclusive uso de veículo para fins criminosos e dificultando a atividade dos órgãos policiais e de fiscalização.

Assim, a uma é inconstitucional o Projeto de Lei.

A duas, acolher-se os limites de luminosidade fixada no Projeto, seria colaborar-se com as ações criminosas dos que se utilizam de veículos com tais películas para fins danosos contra a sociedade.

Desta forma, o interesse público seria contrariado.

Finalmente, levo também em conta, a informação prestada pelo Departamento Estadual de Trânsito, que se coaduna com estas razões:

"O assunto em questão, aborda discussão amplamente debatida pelo Conselho Nacional de Trânsito, a quem compete elaborar normas padrão e zelar pela sua execução.

ESTADO DO AMAPÁ DIÁRIO OFICIAL

ALBINO ALVES DE SOUZA

Diretor

MANOEL RAIMUNDO MELINDRA LOPES

Chefe da Divisão Industrial

ALBERTINA SILVA PEREIRA

Chefe da Divisão Administrativa

EDSON ROBERTO DA SILVA GURJÃO

Chefe da Divisão de Comercialização

Sede: Rua Cândido Mendes, 458 - Centro - Fone: (096) PABX - 212-2136 e 2138.

Ramais: Secretaria 30, D. Adm. 31, Diret. 34, D. Com. 39, Revisão 35, Fotomec. 36, Arquivo 38, Vendas 37, Tipografia 41, Almoarifado 40.

Divisão Industrial - 212-2137

FAX: (096) 212-2135 - CEP: 68 900-100-Macapá-AP

PREÇOS DE ASSINATURAS

ORDEM	ASSINATURA	3 MESES	6 MESES	12 MESES
01.	Assinatura	35,33	70,66	141,32
02.	Assinatura com remessa postal	57,33	114,70	229,40

PREÇOS DOS GABARITOS OU LAUDA PADRÃO

* Modelo I.....R\$ 0,32

* Modelo II.....R\$ 0,40

REMESSA DE MATÉRIA

As matérias a serem publicadas no Diário Oficial somente serão aceitas se apresentadas nas laudas padrão do DIO (Modelos I e II), encaminhadas através de Ofício ou Memorando.

PREÇOS DE VENDAS AVULSAS

Exemplar.....R\$ 0,70

Exemplar Atrasado.....R\$ 0,86

PREÇOS DE PUBLICAÇÕES

Centímetro composto em lauda padrão.....R\$ 2,70

Centímetro para compor.....R\$ 3,78

Página exclusiva.....R\$ 323,29

Proclama de Casamento.....R\$ 29,60

Ao DIO reserva-se o direito de recusar a publicação de matérias apresentadas em desacordo com suas normas.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Das: 07:30 às 12:00 horas e Das: 14:30 às 18:00 horas.

O próprio Código Nacional de Trânsito dispõe, que nenhum veículo poderá ser licenciado ou registrado, nem poderá transitar em vias terrestres sem que ofereça completa segurança e esteja devidamente equipado, nos termos deste Código. Bem como, nenhum proprietário de veículo poderá ordenar sejam feitas modificações das características dos veículos, sem a prévia autorização da autoridade competente.

A Resolução nº 747, de 03 de março de 1990, que proíbe a aposição de película nas áreas envidraçadas dos veículos, é pacífica quando proíbe o seu uso, impedindo assim, que os veículos sejam usados para praticar delitos, que eventualmente poderão ocorrer, dificultando a ação dos órgãos que reprimem tal prática. Conforme prevê em seu enunciado, a referida Resolução e, considerando ainda, que os vidros de segurança devem permitir a transmissão luminosa e que a transparência não deverá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) para vidros de pára-brisa e 70% (setenta por cento) para vidros laterais e traseiros.

Desta forma, a proposta do Exmo. Deputado, vai de encontro a legislação já discutida pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Sendo que, o entendimento deste Departamento, é que a proposta está muito abaixo dos índices de visibilidade prevista pela Resolução.

Por tais razões, VETO TOTALMENTE o Projeto de Lei nº 007/96, para o qual peço e espero a acolhida de Vossa Excelência e demais pares que honram essa Casa Legislativa.

Palácio do Setentrião, 11 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

MENSAGEM Nº 0015 /96-GEA

VETO TOTAL DO PROJETO DE LEI Nº 0020/96-AL

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência e, nos termos do § 1º, do art. 107, da Constituição Federal, comunicar que resolvi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 0020/96-AL, aprovado em 15 de maio de 1996, que dispõe sobre o ingresso e promoção dos quadros de oficiais de administração - QOA, da Polícia Militar do Amapá e dá outras providências, por ser, manifestamente, inconstitucional.

RAZÕES DO VETO

O ingresso e a promoção aos Quadros de Oficiais de Administração - QOA, em perfeita sintonia com os pressupostos regulamentares da carreira militar, encontram-se estruturados nos pilares da capacitação e aprimoramento profissional de seus componentes, de modo a valorizar o indivíduo e a estrutura organizacional que integram.

Consolidados no propósito desta capacitação profissional, a legislação em vigor, condiciona o ingresso e as promoções militares, mediante o preenchimento de certos requisitos e exigências a serem prontamente obedecidas pelos pretendentes às respectivas promoções, sob pena de não alcançar o objetivo então proposto pelo concorrente.

Entre os critérios de merecimento, antiguidade, interstícios legais e a conduta do militar, encontra-se como fator preponderante a realização dos cursos de formação, habilitação ou aperfeiçoamento para os quadros então pretendidos, os quais objetivam a capacitação e o aprimoramento do militar, dentro de sua corporação, independentemente de sua área de atuação.

Com efeito, e no mais elementar propósito de resguardar e consolidar a justiça e os princípios de igualdade entre os integrantes das Forças Militares Auxiliares, a Constituição do Estado primou em garantir o acesso aos Quadros de Oficiais Militares, de forma harmônica e equitativa quando assim estabeleceu:

Art. 68 - O acesso ao quadro de Oficiais da Polícia Militar é privativo e exclusivo de brasileiro nato que tenha concluído com aproveitamento o curso de formação de oficiais PM e BM. (g.n)

A norma constitucional é taxativa e de singular abrangência em sua literalidade, não excetuando-se, assim, este ou aquele pretendente aos quadros de oficiais na obrigação da realização dos cursos de Formação, pela simples alegação de que suas atribuições não dispõem grandes conhecimentos que importem na necessidade de cursos específicos ao oficialato face as suas atribuições burocráticas e administrativas.

É evidente, portanto, que o Projeto de Lei ora proposto, fere frontalmente o princípio constitucional suso exposto, agravando-se ainda mais, quando objetiva

conceder privilégios a determinados postos militares, (1º Tenente, 2º Tenente e Capitão) concedendo-se a estes a desobrigação da realização dos cursos de formação de oficiais, em detrimento de outros policiais militares que vêm dedicando-se em seus aprimoramentos de capacitação funcional, obrigando-se em cumprir todas as exigências contidas nos textos legais pertinentes à matéria.

Em defesa dos princípios constitucionais de igualdade, valho-me, na oportunidade, dos ensinamentos do ilustre jurista "Diógenes Gasparini, in Direito Administrativo" - pág. 15.

"A Constituição Federal, no art. 5º, estabelece que, sem distinção de qualquer natureza, todos são iguais perante a lei. É o princípio de igualdade ou isonomia. Assim, todos os quais em face da lei também o são perante a Administração Pública. Todos, portanto, têm o direito de receber da Administração Pública o mesmo tratamento, se iguais. Se iguais nada pode discriminá-los. Impõe-se aos iguais, por esse princípio, um tratamento impessoal, igualitário ou isonômico. É princípio que norteia, sob pena de ilegalidade, não só a Administração Pública, direta e indireta, como a fundacional, nos seus vários comportamentos.

Embora seja assim, diz Celso Antônio Bandeira de Mello (Elementos, cit., p. 24), o princípio da igualdade não deve ser entendido em termos tão absolutos de modo a se converter em obstáculo do bom e eficaz desempenho da atividade administrativa. A Administração Pública, é evidente, pode impor condições ou fazer exigências, conforme a hipótese, para a admissão de alguém na fruição de um serviço público, para a nomeação de alguém com o fito de titularizar um cargo público. O que não pode é favorecer alguém, excluindo outros de um dado benefício; discriminar por discriminar."

Assim, por restar frontalmente comprovada a inconstitucionalidade da presente proposta, bem como sua incompatibilidade com os princípios de justiça e igualdade amparados por lei, é que VETO totalmente o Projeto de Lei nº 0020/96-AL, o qual espero acolhimento de Vossa Excelência e dos demais membros dessa Assembléia Legislativa do Estado.

Palácio do Setentrião, 11 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETOS

DECRETO Nº 2176 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Retificar o Decreto nº 1696, 27 de maio de 1996, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá de nº 1326, do dia 28 do mesmo mês e ano, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nomear **Liúba Rosa Semblano Manso**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Fisioterapeuta, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2177 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Retificar o Decreto nº 1693, 27 de maio de 1996, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá de nº 1326, do dia 28 do mesmo mês e ano, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nomear **Nádia Liberato Sales**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Fisioterapeuta, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996


João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2178 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Retificar o Decreto nº 1423, 13 de maio de 1996, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá de nº 1316, do dia 14 do mesmo mês e ano, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nomear *Gisele Martins Ribeiro*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2179 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Retificar o Decreto nº 1708, 27 de maio de 1996, publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá de nº 1326, do dia 28 do mesmo mês e ano, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nomear *Lia Vale de Queiroz Fantes*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Bioquímico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2180 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Nitza Emilia Seabra Oliveira*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2181 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Pedro Augusto Fiel Cabral*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2182 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Gersonilda Matos Cardoso*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2183 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Danielle Scerne Fadul*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Biomédico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2184 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Herika Oliveira de Souza*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2185 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Artemisia Oliveira de Araújo Vieira*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2186 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e o parecer exarado no Processo nº 28790.000452/96.

R E S O L V E:

Nomear *José Latino Ferreira Maciel*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Padrão 17, Subgrupo NM, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2187 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Valéria Maria de Oliveira*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Odontólogo, Padrão 05, Subgrupo NS, Grupo Administrativo, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2188 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Adma Leoni Silva do Nascimento*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Especialista em Educação-Supervisor Escolar, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2189 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Lara Hellaine Menezes de Souza*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Especialista em Educação - Supervisor Escolar, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2190 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Tânia Mara Reis Vogado*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Especialista em Educação-Orientador Educacional, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2191 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Ely do Socorro Oliveira de Medeiros*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Especialista em Educação-Orientador Educacional, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2192 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Suely Maria Nascimento de Sousa*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Especialista em Educação-Orientador Educacional, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2193 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Ijanira Nazaré de Souza*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2194 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *José Cláudio Carvalho Teixeira*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2195 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º,

Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Dannilo Stéfio de Sousa Dias*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2196 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Késia Rosana Costa da Conceição*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2197 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Miraceli Nobre de Menezes*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2198 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Davi dos Santos Serrão*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2199 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Silvia Maria da Motta Souza*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2200 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear *Maria Inez Monteiro Cardoso*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2201 DE 10 DE junho DE 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2219 DE 10 DE junho DE 1996
O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear **Izabel Prata Maduro**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2220 DE 10 DE junho DE 1996
O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE

Nomear *Graciene Cardoso Leão*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2221 DE 10 DE junho DE 1996
O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVES:

Nomear **Adson José de Almeida Lima**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2222 DE 10 DE Junho DE 1996
O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Nomear Elda do Couto Henrique, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

2223 DE 10 DE junho

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear **Valdiney Valente Lobato de Castro**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

2224 DE 10 DE junho
Governador do Estado do

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com ordem classificatória.

RESOLVE:

Nomear **Idanildo Costa Santos**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2231 DE 10 DE Junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio da 1993, a

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear **Orlando Dantas de Oliveira Junior**, para ocupar o Cargo de Provimento Eletivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2232 DE 10 DE Junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

R E S O L V E:

Nomear Dilsângela da Silva Oliveira, para ocupar o Cargo de Provimento Eletivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2233 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE

Nomear *Maria do Socorro Carvalho Nobre*, para ocupar o Cargo de Provisório Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Rel. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2234 DE 10 DE Junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inscrito no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória,

RESOLVE

Nomear Claudete Sarraf de Abreu, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2236 DE 10 DE Junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado de Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE

Nomear *José Heleno Prestes Vanzeler*, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996.

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2237 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE

Nomear **Sheila Vilhena Baia**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe A, Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá

Macapá-AP, 10 de Junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2334 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Nomear Maria do Socorro das Dóres e Silva, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe "B", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2335 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Nomear Emanuel Ramalho de Oliveira, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe "B", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

DECRETO Nº 2336 DE 10 DE junho DE 1996

O Governador do Estado do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 119, inciso XXII, da Constituição do Estado do Amapá e de acordo com o disposto no Artigo 7º, Inciso I, da Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO - O resultado final inserido no Edital de Homologação e a consequente convocação dos aprovados, de acordo com a ordem classificatória.

RESOLVE:

Nomear Elaine Cristyne da Silva Gomes, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Ensino de 1º Grau, Classe "B", Ref. 01, Grupo Magistério, do Quadro de Pessoal Civil do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Governador

Secretarias de Estado

Justiça e Segurança Pública

PORTARIA (P) Nº.175/96-SEJUSP

O Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 61, Inciso VI do Decreto nº. 0302/91, e tendo em vista as informações adquiridas no Inquérito Administrativo Disciplinar instituído pelo Decreto nº.0435, de 27 de março de 1995.

RESOLVE:

Art. 19. - Designar os servidores PAULO CESAR CAVALCANTE MARTINS, EDJANE MARIA NORBERTO FEITOSA, ambos Delegados de Polícia Civil, e ZOZIMO AUGUSTO BRAZÃO DE SOUZA, Escrivão de Polícia Civil, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar as irregularidades ocorridas no concurso público de ingresso ao Quadro de Polícia Civil do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado de nº.0652, de 18.08.93, Edital nº.016/93-SEAD.

Art. 29. - Fica facultado a Comissão, desmembrar o Processo, encaminhando através da SEAD à SEJUSP, dividindo-o por tipos de irregularidades.

Art. 39. - Fica determinado o prazo de 60(sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos da Comissão, na forma prevista no Artigo 167 da lei nº.0066, de 03/05/93.

Macapá-AP, 22 de maio de 1996.

Bel. BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS
Secretário de Est. da Just. e Seg. Pública

GABINETE DO SECRETÁRIO

JUSTIFICATIVA Nº 010/96-SEJUSP-AP
CARTA CONVITE Nº 002/96-CPL/SEJUSP
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE PNEUS
FUNDAMENTO LEGAL: ART.24, INC.IV DA LEI.8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1.993.
VALOR ESTIMADO: R\$ 2.790,00

Justifica-se a inexigibilidade de Licitação para contratação inerente do fornecimento de Pneus (30 Pneus 560x15 e 30 Pneus 175/70 SR-13), através do Pedido de Cotação nº 068/96-SEJUSP-AP, correspondente ao valor total de R\$ 2.790,00 (DOIS MIL, SETECENTOS E NOVENTA REAIS), em favor da Firma SALOMÃO ALCOLUMBRE & CIA LTDA, CEC. nº 05.983,192 0016-01. Esclarecemos que trata-se de uma situação

emergencial, pelo motivo desta Secretaria está com suas Viaturas inutilizadas pela falta do referido produto, prejudicando dessa forma o bom desempenho das atividades desenvolvidas por este Órgão.

Esclarecemos ainda, que foi realizada uma Carta Convite de nº 002/96-CPL/SEJUSP, datado de 13 de março de 1.996, porém, compareceu uma que estava com seus preços superfaturados.

Para salvaguardar dos altos interesses da Administração Pública Federal, e o fiel cumprimento dos regimes da Lei, esta Justificativa encontra embasamento legal no disposto do Art. 24 INC.IV da Lei.8.666/93.

Cumpra-se dessa forma as exigências do Art. 26 da Lei.8.666 de 21 de junho de 1.993.

Macapá-AP, 12 de abril de 1.996.

Bel. BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS
Secretário de Est. da Just. e Seg. Púb.

GABINETE DO SECRETÁRIO

JUSTIFICATIVA Nº 011/96-SEJUSP/AP.
PEDIDO DE COTAÇÃO Nº 074/96
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS
FIRMA ADJUDICADA: J. B. AVELAR - ME
FUNDAMENTO LEGAL: ART.24 INC.IV LEI.8.666/93
VALOR ESTIMADO: R\$ 5.709,83 (CINCO MIL, SETECENTOS E NOVE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

Justifica-se a inexigibilidade de Licitação para contratação inerente de serviços mecânicos para recuperar inclusive com reposição de peças de 04 (quatro) Viaturas de Chapa OF-9104-VOYAGE, OF-4084-VOYAGE, OF-4004-VOYAGE, OF-4054-FUSCA; todos pertencentes a SEJUSP. Esclarecemos que trata-se de uma situação Emergencial, visto que a SEJUSP, depende dessas Viaturas para desenvolver suas atividades Policiais indispensáveis no desenvolvimento do Estado.

Informamos ainda, que a referida Firma foi a única que se prontificou a recuperar os Objetos em questão.

Para salvaguardar dos altos interesses da Administração Pública Federal, e o fiel cumprimento dos rigores da Lei, esta Justificativa encontra embasamento legal no disposto do Art.24 INC.IV da Lei.8.666/93.

Cumpra-se dessa forma as exigências do Art.26 da Lei.8.666 de 21 de junho de 1.993.

Macapá-AP, 12 de abril de 1.996.

Bel. BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS
Secretário de Est. da Just. e Seg. Púb.

GABINETE DO SECRETÁRIO

JUSTIFICATIVA Nº 017/96-SEJUSP/AP.
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
FIRMA: V. BARROS DA SILVA
VALOR: R\$ 8.268,51

Justifica-se a inexigibilidade de Licitação para pagamento do serviço prestado à SEJUSP, no conserto e reposição de peças nos Veículos de marcas: Fusca Chapa OF-4014; Opala Chapa OF-0779 e Viagem Chapa OF-4084, todos pertencentes a esta Secretaria, correspondente ao Valor Total de R\$ 8.268,51 (OITO MIL DUZENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS em favor da Firma V. BARROS DA SILVA. Esclarecemos que trata-se de uma situação emergencial, visto que, as referidas Viaturas são utilizadas em Rondas Policiais por serem caracterizadas e também pelo fato de não deixar o tempo paraficadas por se tratar de Viaturas em bom estado de recuperação.

Para salvaguardar dos altos interesses da Administração Pública Estadual e o fiel cumprimento dos regimes da Lei, esta Justificativa encontra embasamento no Artigo 24 Inciso IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993.

Cumpra-se dessa forma as exigências do Art. 26 da Lei. 8.666 de 21 de junho de 1.993.

Macapá-AP, 25 de março de 1.996.

Bel. BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS
Secretário de Est. da Just. e Seg. Púb.

Obras

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/96-CPLS/SOS

AVISO

A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, através de sua Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, para execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DA ESCOLA SAMODROM, em Macapá/AP.

Poderão participar da mesma, as empresas que satisfizerem os requisitos estabelecidos no presente Edital.

Os documentos relacionados a referida CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que incluem as condições que a regulamentam, estarão à disposição dos interessados, para aquisição e eventuais consultas, na Av. Fab nº. 1276, bairro Central, em Macapá/AP.

A aquisição do Edital será mediante o recolhimento da importância de R\$30,00 (Trinta Reais), em nome do GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ,

em qualquer Agência Bancária, credenciada em Macapá/AP.

O recebimento das propostas dar-se-á na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, no endereço supra, perante a Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, no dia 05/07/1996, às 09:00 horas

Macapá, AP, 5 de Junho de 1996

Adv. FRANCISCO ANTONIO MENDES
Presidente CPLPS/SOSP

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 014/96-CPLPS/SOSP

AVISO

A Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, através de sua Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, para execução dos serviços de REFORMA ADAPTAÇÕES E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DO AMAPÁ, em Macapá/AP.

Poderão participar da mesma, as empresas nacionais que satisfaçam os requisitos estabelecidos no presente Edital.

Os documentos relacionados à referida TOMADA DE PREÇOS, que incluem as condições que a regulamentam, estarão à disposição dos interessados, para aquisição e eventuais consultas, na Av. Fab nº 1276, Centro, em Macapá/AP.

A aquisição do Edital será mediante o recolhimento da importância de R\$25,00 (Vinte e Cinco Reais), em nome de qualquer Agência Bancária, credenciada em Macapá/AP.

O recebimento das propostas dar-se-á na sala de reuniões da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos, no endereço supra, perante a Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços, no dia 27/06/1996, às 09:00 horas.

Macapá (AP), 5 de Junho de 1996

Adv. FRANCISCO ANTONIO MENDES
Presidente CPLPS/SOSP

Fazenda

PORTARIA(N) Nº 010/96-DAT/SEFAZ

PRORROGA OS PRAZOS DE VENCIMENTOS DO IPVA, DA PORTARIA (N) Nº 003/96-DAT / SEFAZ, DOS VEÍCULOS PLACAS DE TERMINAÇÃO 5.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO AMAPÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 116 da Lei nº 0194, de 29 de dezembro de 1994;

CONSIDERANDO, finalmente o atraso da entrega da documentação com papel de segurança (CRV e CRVL) e o que consta do ofício nº 245/96-GAB-DETRAN.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado os prazos para pagamento das cotas do IPVA, sem a incidência de multa e juros de mora, para:

COTA ÚNICA 2ª COTA 3ª COTA TERMINAÇÃO OU 1ª COTA DE PLACA
28.06.96 31.07.96 30.08.96 5

Art. 2º - Ficam os demais prazos inalterados.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA, em Macapá-AP, 27 de maio de 1996.

GETÚLIO DO ESPÍRITO SANTO MOTA
Secretário de Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS-CRF/AP

RECURSO Nº : 006/96
ACÓRDÃO Nº : 005/96

RECORRENTE : JUNTA DE JULGAMENTO
RECORRIDA : AUTOMOTO-AUTOMÓVEIS E MOTOS DE MACAPÁ LTDA

EMENTA : Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interaduais e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

IMPROCEDÊNCIA : É de se reconhecer a improcedência da Ação Fiscal quando o contribuinte apresenta em 1ª Instância; documentação comprobatória de que não cometeu infração tributária.

Por unanimidade de votos, ACORDAM os membros da Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Amapá, negar provimento ao recurso ex-offício interposto pela Junta de Julgamento, nos termos do expendido pelo Conselho Relator.

Sala de Reuniões do CRF/AP, em Macapá-AP, 03 de junho de 1996.

JOSÉ ALCOLUMBRE
Presidente em Exercício do CRF/AP

BIANOR DOS SANTOS JÚNIOR
Conselheiro Relator

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS-CRF/AP

RECURSO Nº : 005/96
ACÓRDÃO Nº : 004/96

RECORRENTE : RESCON REP.CONST.COM.SER.
RECORRIDA : JUNTA DE JULGAMENTO

EMENTA : Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interstadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

IMPROCEDÊNCIA : Comprovado em 1ª Instância, que o Auto de Infração não apresenta disposição legal infringida. É de se reconhecer a Improcedência da Ação Fiscal.

Por unanimidade de votos, ACORDAM os membros da Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Amapá, em negar provimento ao recurso ex-offício, nos termos expendido pelo Conselho Relator.

Sala de Reuniões do CRF/AP, em Macapá-AP, 03 de junho de 1996.

JOSÉ ALCOLUMBRE
Presidente em Exercício do CRF/AP

BIANOR DOS SANTOS JÚNIOR
Conselheiro Relator

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS-CRF/AP

O Presidente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Amapá, tor na público que no dia 14 de junho de 1996 do ano em curso, às 16:00 horas, no prédio do Departamento de Administração Tributária-DAT, estarão sendo julgados os seguintes processos: Auto de Infração nº 625/93- LUNDGREN IRMÃOS TECIDOS S/A. Auto de Infração nº 150/92 - M.G. ROCHA. Auto de Infração nº 467/94 - IMAQ- IMPORTADORA DE MÁQ. E MOTORES LTDA. Recurso de Revista interposto pela Procuradoria Fiscal. Macapá-AP, 05 de junho de 1996.

JOSÉ ALCOLUMBRE
Presidente em Exercício do CRF/AP

Saúde

DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

HOMOLOGO NA FORMA DO ART. 26 DA LEI Nº 8.666/93.

EM: 05 / 06 / 96

JOCY FORTADO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

JUSTIFICATIVA Nº 040/96-SESA

Processo nº 28770.002230/96
Pedido de Cotação nº 320/96
Empresa: Toshiba Medical do Brasil
Valor R\$ 35.000,00 (ESTIMATIVO)
Assunto: Inexigibilidade de Licitação

Senhor Secretário:

Submeto a elevada consideração de Vossa Excelência a presente justificativa a qual tem como escopo o custeamento de 01 (um) Tubo de Raio X Modelo CXB-150B, para o equipamento de tomografia computadorizada Modelo TCT-500S de marca TOSHIBA instalado no Hospital Geral de Macapá.

A despesa se faz necessária em razão de recente visita ao Serviço de Imaginologia do Hospital pelo técnico da Toshiba Medical do Brasil LTDA, empresa contratada para prestar serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica aos equipamentos de diagnóstico médico por imagens para esta SESA, onde se constatou o desgaste da peça supracitada pelo tempo de uso, podendo ocorrer a qualquer momento a paralisação brusca do equipamento, comprometendo desta forma o atendimento ao público.

Por todo o exposto justifica-se a inexigibilidade de licitação, processada com base no Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, visto que a empresa acima elencada, é representante exclusiva em todo o Território Nacional, para venda e prestação de assistência técnica, dos aparelhos da Toshiba Corporation (Japão), conforme atestado fornecido pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Médico, Hospitalar e Científico do Estado de São Paulo.

Enfim, em cumprimento aos preceitos dos Artigos 26 da Lei nº 8.666/93, rogamos a Vossa Excelência se digne homologar a presente Justificativa para que seja devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, produzindo assim os seus legais efeitos.

Macapá-AP, 20 de maio de 1996.

CARLOS AUGUSTO CALIXTO DOS SANTOS
Diretor do DAF/SESA-

EXTRATO

- I - INSTRUMENTO CONTRATUAL
Convênio nº 0017/96-SESA
- II - PARTES CONTRATUAIS
SESA - e Associação dos Moradores do Bairro do Buritizal
- III - OBJETO CONTRATUAL
Fetivar a parceria com a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO BURITIZAL, visando atender as necessidades do Centro de Saúde dos Congos no que diz respeito a insumos básicos, manutenção conservação e expansão de prestação serviços a população.
- IV - ESTIMATIVA DE DESPESA
Valor global R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
- V - DOTAÇÃO
As despesas com a execução deste Convênio correrão à fonte 101, elemento de despesa 3233.00,4332.00, Nota de Empenho nº 96NE00246,96NE00247,96NE00248 Programa de Trabalho 13754282.322 - 13754281.321.
- VI - VIGÊNCIA
O prazo é dois meses, o qual terá início a partir da data de sua assinatura 23 de maio de 1996, até julho de 1996.
- VII - FUNDAMENTO LEGAL
Tem respaldo legal no E do Art.25, da Constituição Federal, combinado com os Art. 12 e 4º e 119, Inciso I, da Constituição do Amapá, e Art.11. Incisos I a VII, da Lei nº 8.666/93.
- VIII - DATA DE ASSINATURA

23 de maio de 1996.

L.N.

Dr. JOY FORTADO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

EXTRATO

- I- PARTES CONTRATUAIS: Secretaria de Estado da Saúde e o Centro de Trabalho Indigenista.
- II- OBJETO CONTRATUAL: A promoção e desenvolvimento da assistência à saúde, das comunidades indígenas da jurisdição desta unidade regional, com o fito de melhoria geral das condições de saúde nas aldeias Waiápi, buscando também a formação de recursos humanos da própria sociedade Waiápi na busca pela autonomia na administração das relações com a sociedade envolvente no que se refere a suas demandas por assistência médica e odontológica.
- III- VALOR ESTIMADO: R\$ 249.448,74
- IV- DOTAÇÃO: Correrão à Fonte 101, Elementos de Despesas 3233.00 e 4332.00, Programa de Trabalho 13754281.321 e 13754282.322, Empenhos 96NE00243, 96NE00244 e 96NE00245.
- V- FUNDAMENTO LEGAL: Tem respaldo no disposto no Art. 25, § 1º da Constituição Federal, combinado com os Artigos 12, § 4º e 119, I e XX da Constituição Estadual e Art. 116, § 1º, I e VI da Lei 8.666/93, e estatuto do índio.
- VI- VIGÊNCIA: 23.05.96 à 31.12.96
- VII- DATA DE ASSINATURA: 23.05.96
- Dr. JOY FORTADO DE OLIVEIRA*
Secretário de Estado da Saúde

JUSTIFICATIVA Nº 032/96-SESA

BÁTIPO

Em: 05.06.96

Dr. JOY FORTADO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde

Ações do Procedimento

Processo nº 28770.000109/96-SESA

Pedido de Cotação nº 013/96-SESA

Firma: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA

Valor Total: R\$ 300.000,00

A presente despesa se faz necessária para custear encargos para prestação de serviços no fornecimento de energia elétrica dos órgãos pertencentes à Secretaria de Saúde, no exercício de 1996, através da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA, única Empresa no Estado do Amapá, a fornecer os referidos serviços.

Para salvaguardar dos altos interesses da Administração Pública Federal e o fiel cumprimento da Lei, esta justificativa encontra embasamento legal no Caput. do Art. 25, da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1996.

Macapá-AP, 27 de maio de 1996.

Carlos Augusto Calixto dos Santos
Diretor do DFA/SESA

Trabalho e Cidadania

EXTRATO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO : CONVÊNIO Nº 005/96-SETRACI

PARTES DA AÇÃO CONTRATUAL : Estado do Amapá e a Sociedade São Camilo.

OBJETO : Repassar recursos a conveniada para despesas com aquisição de material de consumo e pagamento de serviços com vista a proporcionar abrigo temporário aos doentes residentes no interior do Estado do Amapá.

FUNDAMENTO LEGAL : Artigo 25, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o Art. 12 § 4º 116 e 119, itens I e XXVII da Constituição do Estado, Art. 116 § 1º, Inciso de I a VI da Lei 8.666, de 21.06.93

DOTAÇÃO : As despesas com a execução deste Convênio, orçado no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão à conta de nota de empenho nº 96 NE 00100, emitida em 22 de maio de 1996, Programa de Trabalho 15.81.486.233.2, Natureza de Despesa 32.33.00, Fonte de Recurso FPE, no valor acima mencionado.

VIGÊNCIA : De 21/05/96 até 31/08/96

DATA DA ASSINATURA : Macapá(AP), 21.05.96

Maria Vitória Machado
Secretária

Órgãos Autônomos

DPTC

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

- Carta Convite nº 002/96
- Abertura das Propostas. 30/04/96
- Objeto: Prestação de serviços de asseio, conservação e limpeza do prédio do DPTC e Postos que funcionam na capital.
- Publicado no Diário Oficial, dia 22/04/96

O Departamento de Polícia Técnico-Científica, representado pelo seu Diretor Dr. DILSON FERREIRA DA SILVA, Perito Oficial/Médico Legista, exercendo o direito que lhe concede a Lei nº 8.666/93, das licitações públicas no art. 49; "A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta", e assim abordado o princípio que rege o desfazimento dos atos administrativos pela anulação ou pela revogação esta contida na súmula nº 473, do STF, que assim dispõe: "A administração pode anular seus próprios atos... ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade" - "Oportunidade" ou "conveniência" é problema vinculado ao instante. "Fato superveniente" pode alterar todo o quadro de interesse público. E esta alteração poderá levar a REVOGAÇÃO. E como autoridade que gerou o ato e tem competência para aplicar o princípio revogatório, e ainda baseado em parecer 343/96-PAA/PROG, processo nº 28830.0002/96-RESOLVE:

Revogar a licitação, em modalidade Carta Convite nº 002/96, com julgamento das propostas no dia 30 de abril de 1996. Sendo vencedora a Firma ALVO COM. e serviços Ltda, homologada em 08 de maio de 1996.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A REVOGAÇÃO

1) Decretação, pela Assembleia Legislativa e sanção pelo Governo do Estado da Lei nº 0272, de 13 de maio de 1996, que versa sobre a autorização no Governo do Estado, para contratar pessoal na forma estabelecida no art. 12, Lei nº 0192 de 23 de dezembro de 1995.

2) Visando economicidade para os cofres do estado, considerando-se a diferença dos valores pagos nos Contratos administrativos, do valor cotado pelo licitante. - Na ordem de 66% a mais

3) Considerando-se o fator social dos funcionários que atualmente executam os serviços em apreço, que seriam contratados por um salário inferior aos praticados pelo Governo do Estado. - Salário pago pela Empresa vencedora a categoria - R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS) - Salário pago pelo Governo do Estado R\$ 286,00 (DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS).

4) Considerando-se ainda que o número de funcionários diminuirá (10 funcionários do Contrato Administrativo - 08 funcionários na Licitação). Enquanto os custos alimentariam - 10 (dez) funcionários - Custo Mensal - R\$ 2.860,00 (DOIS MIL, OITOCENTOS E SESENTA REAIS) Correspondendo a um custo unitário de R\$ 286,00 (DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS), enquanto na Licitação nº 002/96 - 4 (quatro) funcionários - Custo Mensal de R\$ 4.312,96 (QUATRO MIL TREZENTOS E DOZE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS). A um custo unitário por servidor de R\$ 539,12 (QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E DOZE CENTAVOS)

- Pelas razões acima expostas e em cumprimento aos ditames legais do art. 49, da Lei nº 8.666/93, procedemos a publicação no Diário Oficial do Estado, para conhecimento público.

Macapá, 05 de junho de 1996.

Ana Maria Sampaio dos Santos Sales
Diretora Executiva/TERRAP

Autarquias Estaduais

TERRAP

TERMO DE JUSTIFICATIVA Nº 005/96-CPL/TERRAP

Ana Maria Sampaio dos Santos Sales
ANNA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS SALES
= Diretora Executiva/TERRAP =

ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

UNIDADE : INSTITUTO DE TERRAS DO AMAPÁ

OBJETO : AQUISIÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO ESCRITÓRIO DO TERRAP NA GLEBA ILHA DE SANTANA

PROP. : JOSÉ ORIVALDO DOS SANTOS SENA E DORACI AGMINA SENA

FONTES : 4.2.1.1.0.0 (4.1.1.0.0.0) - FPE - 101

VALOR : R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

Senhora Diretora:

Justifica-se a dispensa deste ato licitatório, para aquisição de um imóvel, com terreno medindo 17,00m x 59,00 m e 80,90m² de área construída, na Gleba Ilha de Santana, pertencente ao Sr. JOSÉ ORIVALDO DOS SANTOS SENA, e sua cônica a Srª. DORACI AGMINA SENA, inscritos no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda-CPF/MF, sob nº 054.601.582-49 e 241.412.912-34, respectivamente. Sendo imune à licitação pela necessidade de instalação e localização o qual condicionou a sua escolha, cuja ação administrativa encontra amparo legal na Lei Federal nº 8.666/93, art. 24, inciso X.

Assim solicito que seja ratificada esta justificativa, obcecendo o que preceitua o art. 26 da Lei supra.

A apreciação da Diretora Executiva, com o parecer favorável desta C.P.L.

Macapá-AP, 23 de maio de 1996

Thasso Jaraguá L. da Silva
Presidente da CPL/TERRAP

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
SECRETARIA DA 1ª e 2ª VARAS

EXPEDIENTE DO DIA 05 DE JUNHO DE 1996

Juiz Federal : MARCUS VINICIUS REIS BASTOS
Dir. Secretária : Marcos Antônio Dourado de Aragão

AUTOS COM DESPACHOS

Aç. Criminal : 94.0000094-4
Autor : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procurador : João Bosco Araújo Fontes Júnior
Réu : ALFREDO FERREIRA BOTELHO
Advogados : AP376 - José Augusto Pereira Cardoso e outro
"J. Recebo a apelação em seus regulares efeitos. Deiro a vista pelo prazo legal. 1. Mep. 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Emb. Terc. : 96.0000669-5
Embargante : MARCOS LÚCIO SILVA FROEDE
Advogado : AP224 - Carlos Eduardo Mello Silva
Embargada : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
"Vistos, etc. Recebo os presentes embargos de terceiros, os quais suspendem a execução a que se referem (CPC, art. 1.052). 2. Cite-se a Embargada, via de carta precatória, a ser expedida à Seção Judiciária do Pará, para contestar no prazo legal (CPC art. 1.053). Indeferido pedido liminar ora formulado, por isso que a suspensão da execução impede, por ora a realização de qualquer ato tendente a alienar o bem referendo na inicial. 1. Mep. 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 94.0002311-1
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executados : CONCERTA COM. E PRESTADORA DE SERVIÇOS Ltda e JOFRE RAMOS CAVALCANTI FILHO
"Execução suspensa, face a interposição de embargos de terceiros. Intimem-se. Mep. 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000054-7
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : Luiz Carlos Lages e outros
Executados : RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS e MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO DOS SANTOS
"Diga a exequente acerca da penhora de fl. 31 e sobre os termos da certidão supra. Intime-se. Mep. 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 95.0001126-3
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executados : NUNES & SOUZA Ltda
"Deiro o pedido de fl. Retro. Suspenda-se a execução pelo prazo requerido. Intimem-se. Mep. 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 96.0000271-1
Exequente : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
Procuradora : AP411A - Fátima Regina Evangelista Lima
Executada : LEAL SANTOS DA AMAZÔNIA Ltda
Advogados : PA2616 - Haroldo Alves dos Santos e outro
"A nomeação de bem à penhora de fl. 10, não atendeu aos requisitos do art. 655, § 1º, II e V do Código de Processo Civil. A Executada devidamente intimada para sanar a irregularidade supracitada, manteve-se silente (cf. Certidão de fl. 13 v.). Destarte,

devolva a exequente o direito à nomeação nos termos do art. 657, 2º parte do CPC. Cumpra-se o item 2 da r. Decisão de fl. 09. Expeça-se mandado de penhora e avaliação. Intime-se. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

AUTOS COM DESPACHOS IDÊNTICOS

Exec. Fiscal : 96.0000268-1
Exequente : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
Procuradora : AP411A - Fátima Regina Evangelista Lima
Executada : PECUÁRIA DO VALE ARAGUARI Ltda

Exec. Fiscal : 96.0000273-8
Exequente : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ
Procuradora : AP411A - Fátima Regina Evangelista Lima
Executada : WILMA LÚCIA ESTIMA TAVARES PINHEIRO-CANIL ESTRELA

Exec. Fiscal : 96.0000400-5
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : E. GONÇALVES DE SOUZA ME

Exec. Fiscal : 96.0000549-4
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : AGENOR PIRES BARBOSA

Exec. Fiscal : 96.0000398-0
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : M. N. JUNQUEIRA

Exec. Fiscal : 96.0000631-8
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : SOCITEL TELEFONES Ltda

"Suspenda-se a execução até nova manifestação do exequente. Intime-se. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 95.0001060-7
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : CERÂMICA VITÓRIA Ltda

Exec. Fiscal : 96.0000229-0
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : J. A. SILVA & CIA Ltda

"Designa a Secretaria das partes para leilão do bem penhorado. Servirá como leiloeira a Sra. Jaciara Coutinho Diniz-Leiloeira Pública. Fixo sua comissão em 5% (cinco por cento). 2.- Expeça-se Edital de Leilão na forma do art. 686 do CPC, c/c art. 22 e seu § 1º da Lei nº 6.830/80. 3.- Intime-se pessoalmente as partes e a leiloeira. 4.- À Contadoria para atualização da avaliação e do valor da dívida. 1. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi designado o dia 19 de julho de 1996, às 13.00 horas para 2º leilão. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi designado o dia 02 de agosto de 1996, às 13.00 horas para 2º leilão. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal.

Exec. Diversa : 95.0000257-4
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : ZILMA RABELO DE OLIVEIRA MORFIRA e HUMBERTO DA COSTA MOREIRA

Exec. Diversa : 95.0000053-9
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : FRANCISCO DE PAULA SILVA SANTOS e RODOLFO DOS SANTOS JUAREZ

Exec. Diversa : 95.0000056-3
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : RENATO CÉSAR VIEIRA DA SILVA e JORGE DE ALMEIDA PINHEIRO
Advogado : AP223 - Ericláudio Alencar Rocha (2º)

Exec. Diversa : 95.0000454-2
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : VERÂNGELA LEAL GOMES
Advogadas : AP373 - Keila Christine Banha Bastos e outra
"Promova a exequente a execução. Intime-se. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente expediente 17 feitos cíveis e 01 criminal para conhecimento de despachos.

Macapá-AP, 07 de junho de 1996.

MARCOS ANTONIO DONADO DE ARAGÃO
Diretor de Secretaria

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ
SECRETARIA DA 1ª e 2ª VARAS

EXPEDIENTE DO DIA 07 DE JUNHO DE 1996

Juiz Federal : MARCUS VINICIUS REIS BASTOS
Dir. Secretária : Marcos Antônio Donado de Aragão

AUTOS COM DESPACHOS

Aç. Ordinária : 96.0000747-0
Autores : CONCEIÇÃO DA SILVA ALVES e OUTROS (+3)

Advogados : AP314P - Josenildo de Oliveira Guimar e outro
Réu : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP

Advogados : AP319 - Paulo Celso Ramos dos Santos e outros
"A. R. Distribua-se como ação ordinária. 2.- A conversão da ação proposta (reclamação trabalhista) em ação ordinária se me afigura possível, por isso que a petição inicial tanto comporta e a economia processual assim recomenda. 3.- Intime-se as partes, a fim de que se manifestem sobre se pretendem produzir outras provas. Mep, 04.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000808-4
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : EDSON RAMALHO DE OLIVEIRA e ELOIZA HELENA FERREIRA BRITO DE OLIVEIRA
"Face a certidão supra, expeça-se mandado de desocupação do imóvel hipotecado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000036-9
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : MARINETE DE ALMEIDA SOUZA e MARLENE DE ALMEIDA SOUZA
"Manifesto-se a exequente face a certidão de fl. 70v. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000040-7
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : ANTONIO CARLOS ALMEIDA CAMPELO e ROZÂNGELA NAIR TORRINHA CAMPELO
"J. Defiro. Prossiga-se o regular andamento da execução. Expeça-se mandado de intimação dando ciência aos ocupantes do imóvel do prazo de 10 (dez) dias para desocuparem o imóvel hipotecado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000098-9
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executados : MANOEL FERREIRA DOS SANTOS e ELMIRA COIMBRA DOS SANTOS
"J. Defiro o pedido de renovação posterior do prazo para a exequente manifestar-se sobre a avaliação realizada. 2.- Expeça-se mandado de desocupação do imóvel penhorado no prazo de 30 (trinta) dias (Lei nº 5.741/71, art. 4º, § 2º). 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Diversa : 95.0000339-2
Exequente : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Advogados : AP307A - Luiz Carlos Lugues e outros
Executado : SOCORRO DE NAZARÉ RAMOS DA COSTA
"Face a certidão supra, expeça-se mandado de penhora do bem hipotecado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Emb. Exec. : 96.0000743-8
Embargante : FRIGORÍFICO BRAGA Ltda
Advogados : DF4759 - José Chagas Alves e outro
Embargada : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
"Vistos, etc. Recebo os presentes embargos, os quais suspendem a execução a que se referem (CPC, art. 739, § 1º, acrescentado pela Lei nº 8.953/94, c/c art. 1º da Lei nº 6.830/80). 2.- Intime-se a Embargada, para impugnar os no prazo legal (Lei nº 6.830/80, art. 17). 3.- Requisite-se à Delegacia da Receita Federal no Amapá cópias autênticas dos processos administrativos, que originaram as execuções fiscais a que se reportam estes embargos. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 96.0000051-4
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executado : FRIGORÍFICO BRAGA Ltda
Advogados : DF4759 - José Chagas Alves e outro
"Execução suspensa, dada a oposição de embargos. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Emb. Exec. : 96.0000744-6
Embargante : TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
Advogados : AP371A - Kelly Cristina Braga de Lima
Embargada : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
"Vistos, etc. Recebo os presentes embargos, os quais suspendem a execução a que se referem (CPC, art. 739, § 1º, acrescentado pela Lei nº 8.953/94, c/c art. 1º da Lei nº 6.830/80). 2.- Intime-se a Embargada, para impugnar os no prazo legal (Lei nº 6.830/80, art. 17). 3.- Requisite-se à Delegacia Regional do Trabalho no Amapá cópias autênticas dos processos administrativos, que originaram as execuções fiscais a que se reportam estes embargos. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 96.0000129-4
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executado : TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S. A. TELEAMAPÁ
Advogados : AP371A - Kelly Cristina Braga de Lima
"Execução suspensa, face a interposição de embargos (CPC art. 791, I, c/c art. 1º da Lei nº 6.830/80). Intime-se. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 93.0000309-7
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : EMATEL TELECOMUNICAÇÕES Ltda e FENELON GONÇALVES DE OLIVEIRA

"Vistos, etc. Em face dos sucessivos leilões realizados, todos sem êxito, e dada a inocorrência da adjudicação do bem por parte da exequente, resta patente seu desinteresse em relação à garantia da execução. 2.- Destarte, torno sem efeito a penhora e avaliação de fl. 19 e 20, no que concerne aos bens não alienados judicialmente. 3.- Intime-se a executada para comparecer ao depósito judicial e retirar os bens. Expeça-se mandado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 93.0000317-8
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : EMATEL TELECOMUNICAÇÕES Ltda e FENELON GONÇALVES DE OLIVEIRA
"Vistos, etc. Em face dos sucessivos leilões realizados, todos sem êxito, e dada a inocorrência da adjudicação do bem - por parte da exequente, resta patente seu desinteresse em relação à

garantia da execução. 2.- Destarte, torno sem efeito a penhora e avaliação de fl. 18 e 19. 3.- Intime-se a executada para comparecer ao depósito judicial e retirar os bens. Expeça-se mandado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Exec. Fiscal : 93.0000499-9
Exequente : FAZENDA NACIONAL
Procurador : Samuel Hilel Benchaya
Executada : SEVIGUÁ SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E GUARDA Ltda e LEONILDO PEREIRA
"Vistos, etc. Em face dos sucessivos leilões realizados, todos sem êxito, e dada a inocorrência da adjudicação do bem por parte da exequente, resta patente seu desinteresse em relação à garantia da execução. 2.- Destarte, torno sem efeito a penhora e avaliação de fl. 25 e 26. 3.- Intime-se a executada para comparecer ao depósito judicial e retirar o bem. Expeça-se mandado. 1. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Ação de Manutenção de Posse : 92.0000383-4
Autora : UNIÃO FEDERAL
Procuradora : Maria Madalena Carneiro Lopes
Assistente : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
Procurador : José Arimathea Vernet Cavalcante
Réus : ALUIZIO RODRIGUES CARVALHO e KATIA GOMES DA SILVA DE CARVALHO
Advogados : AP006A - Eilson Amoras da Silveira Távora e Paulo Alberto dos Santos
"Junte-se. Recebo a apelação em seus regulares efeitos. Intime-se os Apelados para apresentar contra-razões. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

AUTOS COM DECISÕES

Aç. Criminal : 92.0001702-9
Autor : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procurador : João Bosco Araújo Fontes Junior
Réus : ERASMO PEREIRA DIAS e WENISSON AMARAL DE SOUZA
Advogados : Conceição das Graças Amoras Mira e Ericláudio Alencar Rocha (Def. Pública)
"Vistos, etc. 3.- Ex positus, com esteio no art. 61, caput do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em face da reparação do dano. Decorrido o prazo para oposição de recurso, expeçam-se as comunicações pertinentes, arquivando-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Intime-se. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

Justificação : 96.0000742-0
Justificante : MANOEL VIEIRA DO NASCIMENTO
Advogado : AP283 - Ronaldo de Castro Teixeira e outros
Justificado : UNIÃO FEDERAL
Procuradora : Maria Madalena Carneiro Lopes
"Vistos, etc. 4.- Ex positus, com esteio no art. 113, caput e § 2º da Lei Processual Civil, DECLARO-ME ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE para processar a presente justificação judicial e DETERMINO SUA REMESSA a um dos MM. JUÍZES DE DIREITO DAS VARAS CÍVEIS E DE FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE MACAPÁ a que couber por distribuição, foro que tenho por competente. De-se baixa na distribuição. Publique-se. Intime-se. Mep, 05.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

AUTOS COM SENTENÇA

Aç. Civ. Públ. : 94.0000283-1
Autores : ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA DO VALE DO RIO CAJARI - ASTEXCA e CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
Advogado : Flávio Roberto Nunes de Souza
Réus : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, INSTITUTO DE TERRAS DO AMAPÁ, TADEU MOREIRA DE FREITAS, ELSON HADDOCK MONTE DE ALMEIDA e JOSÉ DOS SANTOS PIRES
Advogados : José Arimathea Vernet Cavalcante (1º), Eilson Amoras da Silveira Távora (2º) e Eduardo Gomes Ferreira (3º e 4º)
"Vistos, etc. 15.- Por todo o expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Ação, para o fim de, tornando definitivo o provimento liminar, condenar os réus TADEU MOREIRA DE FREITAS e INSTITUTO DE TERRAS DO AMAPÁ a paralisarem ou definitivamente toda e qualquer atividade desenvolvida na área da Reserva Extrativista do Rio Cajari e em seu entorno, sob pena de pagamento de multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais - Lei nº 7.347/85 art. 11). Condeno os Réus, solidariamente, a pagarem como indenização pelo dano ambiental causado a importância de R\$64.944,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais), a qual será revertida para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos a que alude o Decreto nº 1.306, de 09.11.94 (Lei nº 7.347/85 art. 13). Os Réus responderão, igualmente em solidariedade, pelos honorários periciais do Expert do Juízo (Lei nº 7.347/85 art. 18). Condeno os Réus, considerados em conjunto, a pagar aos Autores honorários advocatícios calculados no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da indenização ora fixada (CPC art. 20, § 3º). Os Réus responderão por metade das custas judiciais. P. R. I. Mep, 07.06.96. MARCUS VINICIUS REIS BASTOS - Juiz Federal."

EDITAL DE INTIMAÇÃO: PRAZO DE 90 DIAS

(CPC art. 392, VI, § 1º, 1ª parte)

DE : JURACI BARBOSA DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, natural de Macapá-AP, filho de José Camilo da Silva e Deodirinda Marques Barbosa, nascido aos 14.10.43, portador da Cédula de Identidade nº 16.583-SEGUP/AP (2ª Via).

FINALIDADE : INTIMAÇÃO da Sentença condenatória, proferida por este Juízo nos autos da Ação Penal, processo nº 94.0000113-4, movida pelo Ministério Público Federal pela qual se lhe impôs a pena de 2 (DOIS) ANOS E 8 (OITO) MESES DE RECLUSÃO em regime aberto e 32 (TRINTA E DOIS) DIAS-MULTA, a R\$112,00 (cento e doze reais), importância equivalente a 1 (um) salário-mínimo de maio/96 o valor de cada dia-multa por violação do art. 168, caput, do Código Penal Brasileiro.

SEDE DO JUÍZO : Fórum Pontes de Miranda, sito na Av. Fab, esquina com a Rua Leopoldo Machado, centro - Macapá-AP.

Macapá-AP, 07 de junho de 1996.

MARCUS VINÍCIUS REIS BASTOS
Juiz FederalEDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 90 DIAS
(CPP art. 392, VI, § 1º, 1ª parte)

DE BENEDITO RIBEIRO CAMPOS FILHO,

brasileiro, casado, comerciante, natural de Breves-PA, filho de Benedito Ribeiro Campos e Maria França Campos, nascido aos 18.06.36, portador da Cédula de Identidade nº 22.555-SSP/AP (2ª Via).

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da Sentença condenatória, proferida por este Juízo nos autos da Ação Penal, processo nº 94.0000101-0, movida pelo Ministério Público Federal pela qual se lhe impôs a pena de 2 (DOIS) ANOS E 8 (OITO) MESES DE RECLUSÃO em regime aberto e 32 (TRINTA E DOIS) DIAS-MULTA, a R\$112,00 (cento e doze reais), importância equivalente a 1 (um) salário-mínimo de maio/96 o valor de cada dia-multa por violação do art. 168, caput, do Código Penal Brasileiro.

SEDE DO
JUÍZO

Fórum Pontes de Miranda, sito na Av. Fab, esquina com a Rua Leopoldo Machado, centro - Macapá-AP.

Macapá-AP, 07 de junho de 1996.

MARCUS VINÍCIUS REIS BASTOS
Juiz Federal

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém o presente expediente 16 feitos cíveis e 03 criminais para conhecimento de despachos, decisões, sentença e editais.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996.

MARCOS ANTONIO BOURADO DE ARAGÃO
Diretor de SecretariaJUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do AmapáBOLETIM ESTATÍSTICO
Mês de Maio de 1996 - Primeira Vara

SENTENÇAS			
CLASSES	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
1500 - Ações Ordinárias - Outras	01	-	-
2100 - Mand. Seg. Individual	-	01	-
3100 - Ex. Fiscal - F. Nacional	01	-	15
4200 - Ex. Diversas Outras	01	-	02
5103 - Prestação de Contas	01	-	-
5104 - Possessórias	01	-	-
5117 - Ações Diversas Outras	-	01	-
5204 - De Justificação	01	-	-
11100 - Embargos à Execução	-	01	-
13101 - Processo Comum - Juiz Singular	-	11	-
13107 - Ação Penal - Processo de Crime Funcional	-	01	-
Resumo 1ª Vara	06	15	17
TOTAL GERAL	(T1+T2+T3) = 06 + 15 + 17 = 38		

Mês de Maio de 1996 - Segunda Vara

SENTENÇAS			
CLASSES	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
2100 - Mand. Seg. Individual	-	01	-
2200 - Mand. Seg. Coletivo	01	-	-
3100 - Ex. Fiscal - F. Nacional	04	-	11
3300 - Ex. Fiscal - Outras	-	-	01
4200 - Ex. Diversa por Título Extra-Judicial	-	-	02
5203 - Interpelações	01	-	-
5204 - De Justificação	02	-	01
9200 - Inominadas	01	-	-
13101 - Ação Penal - Processo Comum - Juiz Singular	-	09	-
13107 - Proc. Crime Funcional	-	02	-
Resumo 2ª Vara	09	12	15
TOTAL GERAL	(T1+T2+T3) = 09 + 12 + 15 = 36		

Macapá-AP, 07 de junho de 1996.

Tribunal Regional Eleitoral

PORTARIA DE 05 DE JUNHO DE 1996.
O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 238/96. Prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar de 14 de junho de 1996, nos termos do art. 13 § 1º da Lei nº 8.112/90, o prazo para posse da Sra. MARIA APARECIDA TELES, nomeada através da Portaria nº 184/96 de 30.04.96, publicada no D.O.U. de 14.05.96, para o Cargo de Auxiliar Judiciário, Código TRE-Adj. 023, Nível Intermediário, Classe B, Padrão I, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

PORTARIAS DE 07 DE JUNHO DE 1996.

Nº 239/96. Art. 1º. Designar LAURA MARIA BELLA ROSA SANTOS, Auxiliar Judiciário do Quadro do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, para exercer a Função de Chefe de Cartório da 4ª (quarta) Zona Eleitoral, sediada no Município de Oiapoque-AP.

Art. 2º. Os efeitos financeiros desta Portaria retroagem a data de 1º de abril de 1996.

Nº 240/96. Oficializar a designação da servidora SORAYA SANTOS DE SOUSA, Chefe da Seção de Informação de Eleições e Apoio aos Juízes desta Corte, para responder, em caráter de substituição, sem prejuízo de suas atribuições, pela Coordenadoria de Informática, no período de 06 a 09.06.96, durante o afastamento da titular.

Nº 241/96. Conceder ao servidor HELTON DE ALBUQUERQUE ANDRADE, Contador do Quadro de Pessoal Permanente desta Corte, licença compensatória pelos dias trabalhados durante o período de Recesso Forense deste Tribunal, compreendido entre 20.12.95 e 01.01.96, a ser usufruída no intervalo de 15 a 27.07.96.

Des. LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS
PRESIDENTE

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA Nº 033/96 - Elaborada nos termos do Regimento Interno desta Corte, científico aos interessados de que, após decorridas 48 (quarenta e oito) horas de publicação desta Pauta no Diário Oficial do Estado, será submetida a julgamento na sessão do dia 13.06.96, ou na(s) subsequente(s), o processo abaixo discriminado:

Processo nº 127 - CORREGEDORIA
Autos de: REPRESENTAÇÃO
Representante: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Representando: JONAS PINHEIRO BORGES
Advogado: MARCUS HENRIQUES G. C. DE ALBUQUERQUE
Relator: Juiz DÓGLAS EVANGELISTA

Secretaria Judiciária, em 7.6.96

Sandra Pilar Sperry Bratti
Secretária Judiciária

EDITAL Nº 030/96

A Secretária da Secretaria Judiciária, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Presidente, FAZ SABER aos interessados, que, pelo Presidente do Partido Democrático Trabalhista-PDT, foi apresentado o Balanço Contábil do exercício de 95, daquela agremiação, assim demonstrado:

BALANÇO FINANCEIRO 31-12-95

RECEITA OPERACIONAL	VALOR
1. Doações - (Conf. rel. anexo)	16.223,20
2. Fundo Partidário	00,00

DESPESAS OPERACIONAIS	VALOR
1. Relação em anexo	14.530,94
2. Superavit em bens	1.692,26

Macapá-AP, 30 de abril de 1996

Waldez Góes-Presidente

Nazilda dos Anjos Moreira-Tesoureira
Emadiel Sílvia Patrício-Téc. Contabilidade
CRC-AP 0813

Faz-se publicar o presente Edital, nos termos do art. 32, §2º, da Lei 9.096/95, para os efeitos previstos no art. 35, parágrafo único, da citada lei. Secretaria Judiciária do TRE/AP, 07 de junho de 1996.

Sandra Pilar Sperry Bratti
Secretária da S.J. / TRE-AP

EXTRATO DE ATAS

Ata da 453ª Sessão (Ordinária) - 28.05.96

Presentes os Juízes LUIZ CARLOS, Presidente; DÓGLAS EVANGELISTA, Vice-Presidente e Corregedor; MARCUS BASTOS, JOÃO BRATTI, FRANCISCO OLIVEIRA, ANTONIO CABRAL e PAULO SANTOS. Secretariou a Sessão o Bel. José Maria Monteiro David. -x-x- As 16 horas e 50 minutos foi aberta a Sessão. -x-x- I - ATAS: Lida e aprovada a ata da Sessão anterior. -x-x- II - COMUNICAÇÕES/PROPOSIÇÕES: 01. Do Presidente - Ontem a partir das 19:30 h foi realizada a apresentação das máquinas de votar. A imprensa do Estado deu toda a cobertura e o noticiário de hoje atesta o sucesso do evento. -x- 02. Do Presidente - Estará viajando amanhã para tornar parte num encontro, mas deverá parar em Brasília para convidar o Ministro Marco Aurélio para estar presente em Macapá no dia 15 de junho. -x- 03. Do Juiz Francisco Oliveira - Comunica que hoje deveria estar viajando, mas a viagem foi adiada para amanhã. -x-x- III - ENTREGA DE AUTOS: 01. Proc. nº 593/96 (Classe VII) - Autos de Prestação de Contas Interessado: Partido da Mobilização Nacional - P.M.N. Pelo Juiz Relator, com Acórdão assinado. -x- 02. Proc.

nº 604/96 (Classe VII) - Autos de Prestação de Contas. Interessado: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - P.S.T.U. Pelo Juiz Relator, com Acórdão assinado. -x-x- Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Sessão às 17 horas e 10 minutos.

Ata da 454ª Sessão (Ordinária) - 30.05.96

Presentes os Juízes DÓGLAS EVANGELISTA, Presidente em exercício; CARMO ANTONIO, Substituto Convocado; MARCUS BASTOS, JOÃO BRATTI, ANTONIO CABRAL e PAULO SANTOS. Secretariou a Sessão o Bel. José Maria Monteiro David. -x-x- As 16 horas e 50 minutos foi aberta a Sessão. -x-x- I - ATAS: Lida e aprovada a ata da Sessão anterior. -x-x- II - COMUNICAÇÕES/PROPOSIÇÕES: 01. Do Presidente em exercício - Amanhã irá ao Município de Amapá para instalação do sistema sobre filiação partidária. A seguir irá até o Município de Pracuúba. Deverá estar de volta na noite de sábado. -x-x- III - JULGAMENTOS: 01. Proc. nº 605/96 (Classe VII) - Autos de prorrogação de prazo e Prestação de Contas. Interessado: Partido Socialista Brasileiro - P.S.B. Relator: Juiz Paulo Santos. Decisão: A unanimidade, o Tribunal indeferiu o pedido de dilação de prazo e não correceu da prestação de contas, por intempestiva. -x-x- IV - ENTREGA DE AUTOS: 01. Proc. nº 605/96 (Classe VII) - Autos de prorrogação de prazo e Prestação de Contas. Interessado: Partido Socialista Brasileiro - P.S.B. - Pelo Juiz Relator, com Acórdão assinado. -x-x- V - DISTRIBUIÇÕES: 01. Proc. nº 160/96 (Classe X) - Autos de Consulta - Consultante: Miguel da Silva Duarte. - Presidente da Câmara Municipal de Santana. Relator: Juiz Antônio Cabral. -x- 02. Proc. nº 161/96 (Classe X) - Ação Cautelar Inominada - Requerente: Diretório Municipal de Macapá do Partido da Frente Liberal - P.F.L. Ao Juiz Marcus Bastos. -x- 03. Proc. nº 162/96 (Classe X) - Ação Cautelar Inominada - Requerente: Alípio Ribeiro Martins e Outros. - Requerido: Diretório Regional do Partido da Frente Liberal - P.F.L. Ao Juiz Marcus Bastos. -x- 04. Proc. nº 163/96 (Classe X) - Ação Cautelar Inominada - Requerente: Maria Helena Barbosa Guerra - Requerido: Diretório Regional do Partido da Frente Liberal - P.F.L. - Ao Juiz Marcus Bastos. O Tribunal homologou as distribuições. -x-x- Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Sessão às 17 horas e 10 minutos.

Cartório Eleitoral da 2ª - Macapá
Edital nº 021/96 - CEMO Doutor ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA, MM. Juiz Eleitoral da 2ª Zona de Macapá, no uso de suas atribuições legais, etc...
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente Edital ou dele conhecimento tiverem, que as pessoas abaixo relacionadas solicitaramOperação TRANSFERÊNCIA ENTRE UF's
Município AMAPARI

NOME	Inscrição
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	2943312500
ENA MARIA CORREA PEREIRA	2913602577
FRANCISCO DE ASSIS ALVES DA SILVA	2818202550
LUIZ RIBEIRO DO NASCIMENTO	2943242577
MARIA FERREIRA PINTO	2913722500
RAIMUNDO SANTANA ALVES	2913662569
RAQUEL DINIZ FERREIRA	2943042526
REJANE MARIA DE ARAUJO	2943032542
RENATO SIQUEIRA DIAS DE OLIVEIRA	2913782500
TAMILTON MEDEIROS DE SOUZA	2913672542
TEREZINHA DE JESUS ARAUJO DOS SANTOS	2913242500
WELLINGTON RONALDO DE FREITAS SA	2913572577

Município CUTIAS

NOME	Inscrição
ANTONIO DA SILVA AIRES	2849852534
DAURA SOUSA DE OLIVEIRA	2931332585
DEUZINALVA SOUSA DE OLIVEIRA	2929402569
FELIX BARBOSA MARQUES	2920592500
GILDO VIANA CARVALHO	2925472585
IZAÍAS DE MELO SOUSA	2920212526
JOSE ALVES DE OLIVEIRA	2929252577
MARIA ADEILDES BARROS ARAUJO	2920112550
MARIA DE MELO SOUSA	2910102518
MARIA DO SOCORRO BARBOSA COSTA	2948442534
MARIA JOSE ALVES PEREIRA	2948672526
MARIA NAZARE DE ARAUJO	2939472593
MARIA VIANA DA SILVA	2930862526
MOYSES DE MELO SOUSA	2920232593
PEDRO FERNANDES SOUSA FILHO	2929502534
RAYFSON FRANK SARGES PESSOA	2910525569
RONALDO ANGELO DA CUNHA	2930302577
ROSENI TELIS DA SILVA	2940642585
SANDRA LIGIA TEIXEIRA CUNHA DO NASCIMENTO	2925342569
SERGIMAR SILVA DE MOURA	2910525569
ZELIA SIMAO DE MIRANDA	2910525569

Município ITAUBAL

NOME	Inscrição
ANTONIO JOSE DA ROCHA	2932272500
CARLOS ALVES DO NASCIMENTO	2946292577
DALVA PASCOAL DA ROCHA	2912672585
EMILIA MAGNO PASCOAL DA ROCHA	2917982500
EUZA MARIA DA SILVA ALCANTARA	2915452569
HILDA CELIA VIEGAS PICANCO	2831232569
LUIZ CARLOS PAMPLONA ALCANTARA	2826062526
MARIA DAS NEVES VEIGA RAMOS	2831322550
MAURICILIO SOARES DOS SANTOS	2919962569
PAULINA DOS SANTOS AZEVEDO	2818602542
ROSINERI PEREIRA DE ARAUJO	2917952550

Município MACAPÁ

NOME	Inscrição
ABILENE FERREIRA DE SOUZA	2933222550
ABILIO JOAO NASCIMENTO PELAES	2927322526
ABRAHAM SALIM SAUMA NETO	2921972593
ADAILSON FERNANDES SANTANA	2822382550
ADAILTON DOS ANJOS LEITE	2933352577
ADALNISIA RAIMUNDA DE ARAUJO PINTO	2920952569
ADAO PINHEIRO	2885782569
ADELAIDE DE MESQUITA SANTOS OLIVEIRA	2947272577
ADELINO VIEIRA DA SILVA	2879722577
ADILAN BARROSO BATISTA	2950342500

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente EDITAL FICA CITADO O MERCADO CENTRAL, atualmente em lugar// incerto e não sabido, executado nos autos do PROCESSO Nº 1ª JCJ DE MACAPÁ - 1457/95, em que ROGINELSON MONTEIRO / CASTELO é exequente, para pagar em 48(quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$293,00(DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS), correspondentes a Principal e Custas, devidos nos termos da Sentença de 20.11.95, às 10:00 hs.

R E S U M O:

Principal.....R\$273,00
Custas.....R\$.20,00
Total.....R\$293,00

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quantos bastem para integral quitação da dívida. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial / deste Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis. Eu, Jorge Ramos de Souza, lavrei o presente. E Eu, Jorge Ramos de Souza, subscrevo.//

CRISTIANE SIQUEIRA REBELO VALE
Juíza do Trabalho Substituta, Na
Presidência da JCJ/Macapá

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente EDITAL FICA CITADO O Sr. NONATO GALÚCIO, atualmente em lugar incerto e não sabido, executado nos autos do PROCESSO Nº 1ª JCJ-MCP-// 1869/95, em que JOSÉ LOURIVAL DA TRINDADE É EXEQUENTE; PARA PAGAR; EM 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de Penhora, a quantia de R\$440,00(QUATROCENTOS E QUARENTA) REAIS, correspondentes ao Principal e Custas, devidos nos termos da Sentença de 03.10.85, às 09:45 horas.

R E S U M O:

Principal.....R\$420,00
Custas.....R\$-20,00
Total.....R\$440,00

Caso não pague nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora de tantos bens o quanto bastem para integral pagamento da dívida. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial, deste Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Macapá, Capital do Estado do Amapá, aos 28 dias do mês de maio, de mil novecentos e noventa e seis. Eu, Jorge Ramos de Souza, lavrei o presente. E Eu, Jorge Ramos de Souza, subscrevo.//

CRISTIANE SIQUEIRA REBELO VALE
Juíza do Trabalho Substituta,
Na Presidência da MMª JCJ de
Macapá

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente EDITAL FICA CITADO O Sr. JOÃO FERREIRA MATOS - ME, atualmente em lugar incerto e não sabido, executado nos autos do PROCESSO Nº 1ª JCJ MCP-1742/95, em que MARIA GORETHE MOREIRA é exequente, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução, sob pena de Penhora, a quantia de R\$1.758,94, (HUM MIL, SETECENTOS E CINCOENTA E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), correspondentes ao Principal e Custas devidos nos termos da Sentença de 23.01.96, às 10:00 horas.

R E S U M O:

Principal.....R\$1.724,45
Custas.....R\$...34,49
Total.....R\$1.758,94

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a

Penhora, em tantos bens o quanto bastem para integral quitação da dívida, e, para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial / deste Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Macapá, Capital do Estado do Amapá, aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis. Eu, Jorge Ramos de Souza, lavrei o presente. E Eu, Jorge Ramos de Souza, subscrevo.//

CRISTIANE SIQUEIRA REBELO VALE
Juíza do Trabalho Substituta, Na
Presidência da JCJ/Macapá

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 08(OITO) DIAS

Pelo presente Edital fica NOTIFICADO o Sr. BENEDITO ALENCAR BARBOSA MACIEL, atualmente em lugar incerto e não sabido, reclamante nos autos do processo nº 1214/95-1ªJCJ/MCP, em que é reclamada a Empresa JOÃO FERREIRA MATOS - ME, para ciência da decisão proferida no referido processo, em 31.01.96 às 11:02 horas, cujo inteiro teor é o seguinte: " ISTO POSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTA, DECIDE A MM. 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ, À UNANIMIDADE, JULGAR PROCEDENTE EM PARTE A PRESENTE RECLAMAÇÃO AJUZADA POR BENEDITO ALENCAR BARBOSA MACIEL CONTRA JOÃO FERREIRA MATOS ME, CONDENADO ESTA A PAGAR ÀQUELE O QUE FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR CÁLCULOS À TÍTULO DE: FGTS NÃO RECOLHIDO, MULTA PELO ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS, INDENIZAÇÃO PELO NÃO FORNECIMENTO DAS GUIAS DO SEGURO-DESEMPREGO, HORAS EXTRAS E REFLEXOS, DIFERENÇA SALARIAL, ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. COM O TRÂNSITO EM JULGADO A RECLAMADA DEVE RETIFICAR A CTPS DO RECLAMANTE E A SECRETARIA DEVE EXPEDIR COMUNICAÇÃO DESTA DECISÃO AO INSS E À DRT. TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELA RECLAMADA NO IMPORTE DE R\$-10,00, CALCULADAS SOBRE O VALOR DE ALÇADA. NOTIFICAR AS PARTES, EM FACE DA ANTECIPAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DESTA DECISÃO.

Secretaria da 1ª JCJ de Macapá, 05 de junho de 1996.

JORGE RAMOS DE SOUZA
Diretor de Secretaria
em Exercício

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE PRAÇA 20 (VINTE) DIAS

O Doutor PAULO CÉSAR BARROS VASCONCELOS, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Macapá.

FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem, ou dele notícias tiverem, que no dia 15.07.96 (segunda-feira), às 12:15 horas, na sede desta Junta, na Rua Hamilton Silva - 3ª andar da JUCAP - esquina com a Av. Fab, será levado a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance, aos bens penhorados nos autos do Processo nº 427/95, entre partes: MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES TRINDADE, exequente e AMARILDO TRAJANO DA SILVA, executado, a seguir discriminados: 01 (UM) FREEZER VERTICAL, CAPACIDADE 280 LITROS, MARCA PROSDUCINO, COR MARROM, TENSÃO 110/220 VOLTS, EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONANDO, AVALIADA EM R\$350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS); 01 (UMA) GELADEIRA MARCA PROSDUCINO, CAPACIDADE 280 LITROS, COR MARROM, TENSÃO 110/220 VOLTS, EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONANDO, AVALIADA EM R\$300,00 (TREZENTOS REAIS).

Quem pretender arrematar os referidos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (VINTE POR CENTO) de seu valor, e para que chegue ao conhecimento dos interessados é passado o presente

EDITAL, que será publicado no Diário Oficial deste Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e capital do Estado do Amapá, aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis. Eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, lavrei o presente. E eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, subscrevi.

Técnica Judiciária, lavrei o presente e eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, lavrei o presente. E eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, subscrevi.

PAULO CÉSAR BARROS VASCONCELOS
Juiz do Trabalho Substituto, na
Presidência da 2ª JCJ de Macapá

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACAPÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica CITADO SILVIO CAMPANTE JUNIOR, atualmente em lugar incerto e não sabido, executado nos autos do Processo nº 127/96, em que TEREZINHA DE FÁTIMA COSTA é exequente, para pagar, em 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora a quantia de R\$-1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS), devidos nos termos da sentença de 18.03.96 às 10:00 horas.

R E S U M O

Principal Corrigido.....R\$- 800,00
Multa.....R\$- 400,00
TOTAL DEVIDOR\$- 1.200,00

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á a penhora, em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida. E, para que chegue ao conhecimento do interessado, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial deste Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Dado e passado nesta cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, aos cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis. Eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, lavrei o presente. E eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, subscrevi.

Eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, lavrei o presente. E eu, Paulo Cesar Barros Vasconcelos, subscrevi.

PAULO CÉSAR BARROS VASCONCELOS
Juiz do Trabalho Substituto, na
Presidência da 2ª JCJ de Macapá

Tribunal de Justiça do Estado

HOMOLOGO

Em: 10/06/1996

Des. Presidente do TJAP

JUSTIFICATIVA Nº 039/96-CPL/TJAP

01- AÇÕES DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

- 01.1 - P. A. nº 01939/96-GAB/PRES.
- 01.2 - Fundamento Legal: Art. 25, "CAPUT", Lei nº 8.666/93.
- 01.3 - Pedido de Cotação nº 316/96-DAA
- 01.4 - Adjudicatário: M. R. MAFALDA (M2 COMUNICAÇÃO)
- 01.5 - VALOR: R\$ 12.650,00 (doze mil seiscentos e cinquenta reais).

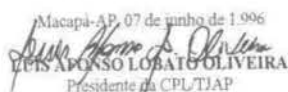
02- DESCRIÇÃO DO OBJETO

Em cumprimento aos determinantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94 a presente HOMOLOGAÇÃO far-se-á objetivando custear despesas com a aquisição de um documentário referente à 1ª viagem do juiz itinerante até a região do Bailete intitulado: "JUSTIÇA ITINERANTE - 1ª JORNADA FLUVIAL", com duração aproximadamente de 20 minutos e um vídeo informativo sobre a participação do Tribunal de Justiça na Barraca Lirio de São José, denominado: "UMA NOITE NA BARRACA LIRIO DE SÃO JOSÉ". Sendo a presente ação administrativa processada sob a égide do artigo 25, "CAPUT", do ESTATUTO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, haja vista configurar-se em relação à despesa em epígrafe a singularidade objetiva, já que os traços peculiares do objeto em tela tornam inviável uma competição seletiva, pois trata-se de objeto único, por lhe haver sido agregado o valor histórico.

havendo, sem dúvida, impossibilidade física e lógica de licitar. Inexistindo agressão aos princípios da isonomia ou da moralidade, por não haverem outros contratantes em potencial, nem sequer condições de disputa dentre pelo menos dois ofertantes; justificando-se, desta forma, a contratação direta, pelo fator diferencial e de altíssima relevância que se reveste o objeto em questão, isto é, o histórico, o qual impossibilita confrontos ou cotejos; até porque não se licitam coisas desiguais, materializando-se, assim, efetiva hipótese de **INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA**.

03 - CONCLUSÃO

Posto isto e demonstrada a fundamentação legal desta ação, submetemos a presente justificativa à superior apreciação e homologação do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Egrégia Corte de Justiça e sua consequente publicação na Imprensa Oficial para que se cumpram as exigências do artigo 26 do referido Diploma Legal, condições de eficácia deste ato.

Macapá-AP, 07 de junho de 1996

LUIS APONSO LOBATO OLIVEIRA
 Presidente da CPLTJAP

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0222/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Convênio celebrado entre o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e a Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

RESOLVE:

1 - DESIGNAR o cumprimento de estágio pela Acadêmica de Direito DAISE DALILA FURTADO DE SOUZA, nas Secretarias das Varas da Comarca de Macapá abaixo mencionadas, e nos períodos indicados, respectivamente:

2ª Vara Criminal: 31/05 a 31/07/96;

2ª Vara Cível e de Fazenda Pública: 01/08 a 30/09/96;

Vara do Tribunal do Juri: 01/10 a 30/11/96;

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 29 de maio de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0235/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal e tendo em vista o contido no PA nº 01623/96-SC.

RESOLVE:

1 - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar contra a serventaria DALVA MARIA SILVA DE SOUZA, Auxiliar Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Comarca de Macapá, por infração, em tese, ao art. 133, inciso XIII, da Lei Estadual nº 0066/93.

II - CONSTITUIR Comissão integrada pelos servidores MAURO JORGE BRANDÃO, ROBERVAL LIMA DOS SANTOS e NELI RABELO DA ROCHA, todos ocupantes do Cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça Estadual, para, sob a presidência do primeiro, conduzir o Processo ora instaurado, assegurando à indicada ampla defesa, devendo a Comissão observar os comandos do art. 165 e seguintes da lei supramencionada e concluir os trabalhos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da instalação, que deverá ocorrer imediatamente.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 31 de maio de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0236/96-S.C.

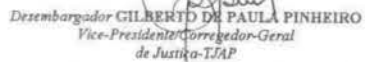
O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no P.A. nº 01731/96-SC.

RESOLVE:

AUTORIZAR o gozo da Licença Compensatória do Recesso Forense, relativo ao exercício de 1995, pela serventaria ROSILENE SOARES SANTOS, Auxiliar Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, lotada na 1ª Vara Cível e de Fazenda Pública da Comarca de Macapá, a ser usufruída no período de 14 a 26 de outubro do corrente ano.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0237/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no P.A. nº 01723/96-SC.

RESOLVE:

AUTORIZAR o gozo da Licença Compensatória do Recesso Forense, relativo ao exercício de 1995, pelo serventário ADAMOR GUEDES DA CONCEIÇÃO, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, lotado na 1ª Vara Cível e de Fazenda Pública da Comarca de Santana, a ser usufruída no período de 01 a 13 de outubro do corrente ano.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0238/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no P.A. nº 01735/96-SC.

RESOLVE:

AUTORIZAR o gozo da Licença Compensatória do Recesso Forense, relativo ao exercício de 1995, pela serventaria NADIA SORANY DIAS, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, lotada na 2ª Vara Cível e de Fazenda Pública da Comarca de Macapá, a ser usufruída no período de 19 de junho a 01 de julho do corrente ano.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0239/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no PA nº 01701/96-SC.

RESOLVE:

OFICIALIZAR a Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, homologada pela Divisão Geral de Perícia Médica deste Estado, usufruída no período de 25 de março a 02 de abril do corrente ano, pelo serventário MAURO DE JESUS GONCALVES, Telefonista do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, lotado na Diretoria do Fórum da Comarca de Santana, nos termos do artigo 95, da Lei Estadual nº 0066/93.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0240/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no PA nº 01741/96-SC.

RESOLVE:

OFICIALIZAR a Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, homologada pela Divisão Geral de Perícia Médica deste Estado, usufruída no período de 29 de abril a 09 de maio do corrente ano, pelo serventário MOISÉS ARAÚJO FERREIRA, Auxiliar Judiciário do Quadro de Pessoal Permanente da Justiça do Estado do Amapá, lotado na Vara de Execuções Penais da Comarca de Macapá, nos termos do artigo 95, da Lei Estadual nº 0066/93.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PORTARIA Nº 0241/96-S.C.

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no PA. nº 01571/96-SC.

RESOLVE:

OFICIALIZAR o deslocamento dos servidores ROBERVAL LIMA DOS SANTOS e NELI RABELO DA ROCHA, ambos ocupantes do Cargo de Técnico Judiciário, no período de 07 a 10 de maio do corrente ano, até a Comarca de Laranjal do Jari, para, como membros da Comissão instituída através da Portaria nº 0012/96-SC, participarem da audiência de instrução nos autos do PA. supramencionado.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência e cumpra-se.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 03 de junho de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

PROVIMENTO Nº 0051/96

O Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO, Vice-Presidente/Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amapá, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 5º, inciso XLVI, alínea "d", da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que a pena de prestação de serviço à comunidade, sanção alternativa à pena de prisão, trata-se de medida punitiva ressocializadora e que atende às exigências de retribuição sem degradar ou corromper o apenado,

CONSIDERANDO que a substituição da pena de prestação de serviço por entrega de gêneros alimentícios é uma forma de prestação social alternativa de grande relevância, de fácil exequibilidade e de alto grau de aceitação,

CONSIDERANDO que na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum,

CONSIDERANDO o que dispõe a parte final do art. 62 e art. 89, § 2º, ambos da Lei 9.099/95,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZAR que nos Juizados Criminais, inclusive na esfera dos Juizados Especiais, a pena de prestação de serviços à comunidade possa, verificada a suficiência da medida, ser substituída pela entrega de gêneros alimentícios básicos não perecíveis, cabendo ao Juiz, na substituição, levar em conta a situação econômica do apenado.

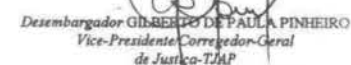
Art. 2º - AUTORIZAR igual medida quando da especificação de outras condições na suspensão condicional do processo (art. 89, § 2º, da Lei 9.099/95) e na suspensão condicional da pena (art. 77 e seguintes do Código Penal).

Art. 3º - ESTABELECE que na Comarca da Capital os gêneros alimentícios sejam encaminhados, através de guia própria (Anexos I), à Vara das Execuções Penais, a quem caberá proceder quinzenalmente a distribuição dos alimentos às Instituições voltadas à proteção de pessoas carentes, ou estas diretamente.

Parágrafo Único - Nas demais Comarcas a distribuição ficará a cargo da Direção do Fórum (Anexo II).

Art. 4º - Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO CORREGEDOR, em 31 de maio de 1996.


Desembargador GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
 Vice-Presidente/Corregedor-Geral
 de Justiça-TJAP

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO E/OU RE-DISTRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ.

À(s) 05 dia(s) do mês de JUNHO do ano de 1996, às 12:00 horas, realizou-se a Distribuição e/ou Redistribuição dos Processos abaixo relacionados, conforme normas do Regimento Interno.

PROCESSOS DISTRIBUIDOS

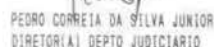
-CAMARA UNICA

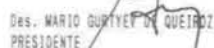
AGRAVO(Ag) No. 000117-11/1996
 AGRAVANTE : ESTADO DO AMAPÁ
 ADVOGADO : LUIZ ESTEVES SANTOS ASSUNCAO
 AGRAVADO : RAMOS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA.
 ADVOGADO : ANTONIO CABRAL DE CASTRO
 RELATOR(A) : Des. GILBERTO DE PAULA PINHEIRO

APELAÇÃO CRIMINAL(Acr) No. 0000614-2/1996
 ORIGEM : COMARCA DE OIAPOQUE
 APELANTE : ALFREDO BARATA LOBATO E OUTRO(S)
 ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO
 APELADO : A JUSTICA PUBLICA
 RELATOR(A) : Des. GILBERTO DE PAULA PINHEIRO

-SECCAO UNICA

HABEAS-CORPUS(HC) No. 0000271-3/1996
 IMPETRANTE : CALES GARCIA MEDEIROS
 PACIENTE : FÁTIMA SILVA PEREIRA
 AUT. COATOR: JUIZO DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI
 RELATOR(A) : Des. HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO


 PEDRO CORREIA DA SILVA JUNIOR
 DIRETOR(A) DEPTO JUDICIARIO


 Des. MARIO GURYTYEV DE QUEIROZ
 PRESIDENTE

TRIBUNAL PLENO

ATA DA 77ª PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

Aos cinco dias do mês de junho do ano de 1996, às oito horas e quinze minutos, na sala de sessões do Plenário, quando da abertura da 6ª Sessão Ordinária presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIO GURYTYEV (Presidente); DÔGLAS EVANGELISTA; MELLO CASTRO; GILBERTO PINHEIRO; LUIZ CARLOS; CARMO ANTÔNIO e os Juizes Convocados RAIMUNDO VALES e CÉSAR PEREIRA, foi lida e aprovada a 77ª Publicação de Acórdãos, como segue:

MANDADO DE SEGURANÇA

Nº 111/96 - CAPITAL

Impetrante: ANNIBAL BARCELLOS - Advogados: JOSÉ CHAGAS ALVES e ELIAS SALVIANO FARIAS - Informante: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ - Advogado: MARCELO CARDOSO NASSAR - Relator: Des. GILBERTO PINHEIRO

EMENTA: "CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - DOCUMENTOS DE INTERESSE DO IMPETRANTE QUE ESTEJAM EM REPARTIÇÃO PÚBLICA - DIREITO DE AMPLA VISTA DA DOCUMENTAÇÃO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS - CARÊNCIA DA AÇÃO - INÉPCIA DA INICIAL - INCOMPATIBILIDADE DO SUBSCRITOR PARA PRESTAR AS INFORMAÇÕES. I - É cabível o Mandado de Segurança e não Habeas Data, quando se objetiva o fornecimento de documentação que esteja no Tribunal de Contas referentes a atos praticados por um administrador no exercício de seu mandato. II - Não há que se considerar inepta a inicial quando o pedido é compreensível, tendo inclusive a autoridade apontada como coatora, refutada a pretensão. III - Não se inclui nas hipóteses previstas do inciso III do artigo 28 da Lei nº 8.906/94, o impedimento profissional do advogado que não detém poder de decisão relevante junto ao Tribunal de Contas, podendo este exercer normalmente a advocacia. IV - Não há que se falar em sigilo de documentação quando esta já chegou ao conhecimento público, assegurando-se ao impetrante ampla vista de documentação de seu interesse, como também a obtenção das cópias que assim o desejar. V - Writ parcialmente concedido."

ACÓRDÃO: "O Pleno do Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, por unanimidade, conheceu do Mandado de Segurança restando as preliminares de carência de ação, de inépcia da inicial e de incompatibilidade do subscritor das informações para prestá-las e de ineficiência destas por aquela razão. No mérito, concedeu-se parcialmente a segurança para o fim de assegurar ao impetrante ampla vista da documentação especificada neste *mandamus* e a obtenção das cópias dos mesmos documentos, que sejam de seu interesse. Tudo nos termos dos votos proferidos." (Registro nº 001427).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Nº 013/94 - CAPITAL

Suscitante: JUÍZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MACAPÁ - Suscitado: JUÍZ DE DIREITO DA VARA DO TRIBUNAL DO JARI E DE EXECUÇÕES DA COMARCA DE MACAPÁ atualmente VARA DO TRIBUNAL DO JARI DA COMARCA DE MACAPÁ - Relator: Des. DÓGLAS EVANGELISTA

EMENTA: "PROCESSO PENAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - PERDA DE OBJETO - 1) Com a criação e instalação da Auditoria Militar do Estado, a competência para processar e julgar os crimes militares praticados por Policiais Militares no exercício de suas funções é daquele órgão administrativo. 2) Conflito que se julga prejudicado pelo perigo do seu objeto".

ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o TRIBUNAL PLENO do EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, por unanimidade, conheceu do conflito e do mérito o julgou prejudicado, pela perda do seu objeto nos termos dos votos proferidos." (Registro nº 001414).

Macapá-AP, 05 de junho de 1996

ADELMA BOTELHO CILAGAS NEYRÃO DE SOUSA
Diretora da Secretaria do Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM QUINZE DE MAIO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS.

As oito horas e quarenta minutos, presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores MÁRIO GURTYEV (Presidente), DÓGLAS EVANGELISTA; MELLO CASTRO; GILBERTO PINHEIRO; LAÍZ CARLOS; CARMO ANTÔNIO e os Juizes Convocados RAIMUNDO VALES; JOÃO BRATTI e CÉSAR PEREIRA, Procurador de Justiça, Dr. JAYME HENRIQUE FERREIRA. Feita a leitura da Ata da última sessão ordinária, a qual aprovada por unanimidade, foi julgado o seguinte recurso:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 089/95-CAPITAL

Embargante: ANNIBAL BAKCHILLOS - Advogados: CALEB GARCIA MEDEIROS e PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU - Relator Designado: JUÍZ CONVOCADO JOÃO BRATTI

DECISÃO: "Embargos de declaração conhecidos, por maioria, vencidos o Desembargador Carmo Antônio e o Juiz Convocado Raimundo Vales. No mérito, proveu-se o recurso, para o fim de anular o julgamento pela ausência do voto do Presidente, por maioria, ficando vencidos os Juizes Raimundo Vales e João Bratti. Relator Designado Desembargador Carmo Antônio."

Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às nove horas e vinte e cinco minutos. Eu *Adelma Botelho*
ADELMA BOTELHO CILAGAS NEYRÃO DE SOUSA, Diretora da Secretaria do Tribunal Pleno, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal Pleno.

Des. MÁRIO GURTYEV
Presidente

SECCÃO ÚNICA

HABEAS CORPUS Nº 270/96 - Capital
Relator: JUÍZ CONV. CÉSAR PEREIRA
Impetrante: WASHINGTON DOS SANTOS CALDAS
Paciente: ENEDINO CAMPOS DE SOUZA
Aut. Coatora: JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA

CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA

DESPACHO

"Vistos, etc.."

A prisão provisória processual, como providência ou medida cautelar, está expressamente prevista e permitida no art. 5º, LXI, da CF, sendo que, *in casu*, a prisão decorreu de mandado judicial, *ex vi* do disposto no art. 393, I, do CPP, por força do regramento no art. 35, da Lei 6.368/76, não sendo recomendável a desconstituição do decreto constitutivo em sede de *decisum* liminar, à mingua de elementos comprobatórios da vida pregressa do Paciente, em que se possa visualizar seus antecedentes sócio-criminais à luz do citado não só na lei instrumental criminal patria (art. 594, CPP), mas também na legislação especial que lhe é correlata (art. 2º, § 2º, Lei nº 8.072/90), máxime porquanto, se de um lado, primariedade e bons antecedentes são dois requisitos cumulativos que, necessariamente, não se confundem, podendo verificar-se o primeiro e estar ausente o segundo, de outro, a análise da singular fundamentação da prisão provisória do Paciente reclama estudo mais acurado, a ser apreciado por ocasião do julgamento de mérito do *writ*, oportunidade em que, a reboque de tudo quanto foi dito, também será deliberado a despeito da eventual derrogação do art. 35, da Lei Antitóxica pelo § 2º, do art. 2º, da Lei dos Crimes Hediondos, pelo que, por hora, sou por indeferir o pleito liminar, endereçando os Autos ao MP, para os ulteriores fins de direito.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Macapá, 05 de junho de 1996.

JUIZ CONV. CÉSAR PEREIRA
Relator

Cristiane Passos T. Silva
Bel. M. Cristiane Passos T. Silva
Dir. da Secretaria da Seção Única

SECCÃO ÚNICA

HABEAS CORPUS Nº 271/96 - Capital

Relator: DES. MELLO CASTRO
Impetrante: CALEB GARCIA MEDEIROS (Adv.)
Paciente: FÁTIMA SILVA PEREIRA
Aut. Coatora: JUÍZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI

DESPACHO

"Vistos, etc.."

Trata-se de Ordem de Habeas Corpus impetrada pelo advogado Caleb Garcia Medeiros a favor de FÁTIMA SILVA PEREIRA, apontando como Autoridade Coatora o MM Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Laranjal do Jari, afirmando, resumidamente, que a Paciente foi presa no dia 28 de maio de 1996, naquele município, por uma equipe de policiais militares comandada pelo Tenente Miranda, porque fora encontrado sob o banco traseiro do veículo que conduzia "... cinco (05) caixas de uma substância de cor esverdeada ..." (sic).

Alega, depois de referir-se ao depoimento da testemunha Rosymaura Anselmo da Silva que nada foi encontrado em seu poder, ou da referida testemunha razão pela qual a substância apreendida poderia ser de qualquer uma destas pessoas. Que a testemunha Rosymaura deveria ter sido inculcada também, não restando testemunha para o flagrante e "... a quantidade mínima de droga encontrada seria dividida por duas pessoas, sendo tão infima que não justificaria uma prisão arbitrária e envio da paciente presa até o COPEN, porque caracterizado estaria o porte para fins de consumo, importando na liberação da paciente mediante o pagamento de fiança" (sic, fls. 4).

Sustenta haver indícios de "flagrante forjado" e que Sérgio Cardoso de Farias somente testemunhou a terceira revista quando o policial foi direto ao banco traseiro, já revistado, encontrando a droga.

Afirma que o veículo que conduzia, por ser um taxi, em também usado pelo seu companheiro e pelo seu motorista, além de se encontrar em companhia de Fátima, inexistindo registro na Delegacia daquela cidade de ser a Paciente usuária ou traficante. Por outro lado, aduz que a quantidade da droga era tão ínfima e que, ainda que comprovasse a sua posse pela Paciente, trataria de uma desclassificação penal para o uso, o que daria a sua liberdade mediante o pagamento de fiança.

Por último, alega ser primária, de bons antecedentes, com residência fixa naquele município onde mora há mais de dez anos, de forma que mesmo admitido a validade jurídica do flagrante, considerando a quantidade mínima de droga encontrada, impõe-se seu relaxamento, sem nenhum risco para instauração processual e ou aplicação da lei penal.

Conclui pedindo a concessão da Ordem *in limine* com expedição do alvará de soltura, ou caso entenda necessário sejam requisitadas informações para, após, ser concedida a Ordem e expedido o alvará de soltura.

Inteui o pedido com os documentos de fls. 7/21.

Este o breve relatório.

DECIDO, nesta oportunidade, apenas o pedido de liminar.

O Auto de Flagrante é omissivo com relação a fatos essenciais à captação do delito, eis que a pequena quantidade não é, por si só, excludente da tipificação da violação do art. 12 do ou art. 16 da Lei Antitóxica.

Entretanto disciplina o art. 37 da referida lei que

"para efeito de caracterização dos crimes definidos nesta Lei, a autoridade atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação criminosa, às circunstâncias da prisão, bem como à conduta e aos antecedentes do agente".

O parágrafo único do mesmo artigo determina, ainda, que a autoridade deverá justificar em despacho fundamentado as razões que o levaram a classificação legal do fato, mencionando concretamente, as circunstâncias, sem prejuízo de posterior classificação pelo Ministério Público ou pelo Juiz.

A ausência destas formalidades processuais torna e dificulta, sobremaneira, o exame desta Ordem.

Não se pode admitir como quer o impetrante que tenha havido um "flagrante forjado", embora seja estranho que a droga apreendida somente tenha sido encontrada na terceira revista.

A maior ou menor quantidade da droga apreendida, por si só, não capitula a tipificação penal para o artigo 16 da Lei Antitóxica. Em verdade, a que ser considerada a finalidade exclusiva para o uso e não seja ela desviada para terceiro" (Cfr. Vicente Greco Filho, in Tóxicos: Prevenção-Repressão, Ed. Saraiva, 1989, pag. 119).

In *casu sub examine*, o Auto de Prisão em flagrante é omissivo em questionar a exclusividade do uso da droga apreendida, sequer esclarecendo ou afirmando se a paciente era ou não consumidora, ou mesmo traficante. A petição desta Ordem também não é específica sobre a questão.

Por outro lado a Nota de Culpa (fls. 08) depois de indicar a Paciente nas penas do art. 12 da Lei 6368/76, afirma apenas "... ter sido flagrado em seu veículo certa quantidade de substância entorpecente" (sic), não esclarecendo, nem mesmo em tese, as sua destinação. Ademais, o Auto de Apresentação e Apreensão, bem como o Laudo de Exame e Constatação Toxicológica sequer indicam a quantidade de droga apreendida, positivada como "Canabis Sativa Linum", vulgarmente conhecida como Maconha ou Marihuana (fls. 18).

Todas estas circunstâncias de dúvida quanto à exata captação do fato e que determinariam a incidência penal levam este Relator a, considerando o Princípio Constitucional da presunção de inocência, admitir o entendimento jurisprudencial de que "... se resta dúvida de ser o sujeito, veiculado ou traficante, resolve-se a questão, para efeito de concessão de fiança, de forma favorável a ele. Nesse sentido: RF 268/3350 (Cfr. Damásio E. de Jesus em Lei Antitóxica Anotada, Ed. Saraiva, 1995, pag. 123).

Com efeito, considerando estas omissões, é preferível ordenar-se o relaxamento do Flagrante, determinando que a Paciente responda em liberdade ao processo crime do que, em tese, manter encarcerada cidadã que venha responder por uma incidência penal em que a lei autoriza a concessão da fiança, sem embargo de reafirmar como tenho feito em outros acórdãos, que a desclassificação da tipificação do art. 12 para o art. 16 da Lei Antitóxica é matéria de prova e, por consequência, inabível de exame neste Instituto e que a pequena quantidade de droga encontrada não descaracteriza a tipificação penal. (Cfr. Damásio E. de Jesus, in "Novas Questões Criminais", Ed. Saraiva, 1993, pgs. 85/7).

Assim, por todos estes fundamentos e considerando as peculiaridades destes autos, concedo a liminar requerida para relaxando a prisão em flagrante colocar a Paciente Fátima Silva Pereira e, liberdade e, para que nesta condição, responda pelo crime de que é acusada sem prejuízo da concretização da efetiva incidência penal no inquérito, ou na denúncia, bem como de ter a sua prisão preventiva decretada, se for o caso e na forma da lei.

Expeça-se alvará de soltura se por ai não estiver presa a Paciente Fátima Silva Pereira.

Notifique-se a d. Autoridade apontada como Coatora para que, dentro do prazo de vinte e quatro (24) horas preste as informações que julgar necessárias.

Após, independentemente de nova conclusão, enviem-se os autos à D. Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se

Macapá, AP, 05 de junho de 1.996

Des. Honório Amaral de Mello Castro
Relator

Cristiane Passos T. Silva
Bel. M. Cristiane Passos T. Silva
Dir. da Secretaria da Seção Única

SECCÃO ÚNICA

69ª PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 100/93 (Ac. nº 1449) - Embargante: MINISTÉRIO PÚBLICO - Embargado: D. F. P. (representado por sua

genitora NEUZIANA FREITAS PEDROSA) - Relator
Designado: DES. CARMO ANTÔNIO

EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL - REVELIA - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS - DIREITO INDISPONÍVEL 1) - Tratando-se a filiação de direito indisponível, incabível o julgamento antecipado da lide em decorrência da revelia do réu. 2) - Embargos providos".

ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a SEÇÃO ÚNICA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, à unanimidade, conheceu dos embargos. No mérito, por maioria, proveu-os, nos termos dos votos proferidos, vencido o Desembargador Luiz Carlos".

Macapá (AP), 10 de junho de 1996.

Manoel
Bel. M^{te} CRISTIANE PASSOS T. SILVA
Dir. da Secretaria da Seção Única

SEÇÃO ÚNICA

70ª PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

MANDADO DE SEGURANÇA N° 093/95 (Ac. n° 1457) - Impetrante: S. M. (menor representado) - Advogado: JEAN HOUAT - Informante: 1ª VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DE MACAPÁ - Relator: JUIZ CONV. RAIMUNDO VALES

EMENTA: "PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - AUSÊNCIA DE OBJETO - NÃO CONHECIMENTO - EXTINÇÃO DO PROCESSO. 1) - Concedendo o Juiz de primeiro grau efeito suspensivo a recurso de agravo, não se conhece de mandado de Segurança destinado a obtê-lo, extinguindo-se o processo sem examinar-lhe o mérito. 2) - Não conhecimento".

ACÓRDÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, a SEÇÃO ÚNICA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ, à unanimidade, não conheceu da segurança, julgando extinto o processo, sem examinar o mérito, nos termos dos votos proferidos".

Macapá (AP), 10 de junho de 1996.

Manoel
Bel. M^{te} CRISTIANE PASSOS T. SILVA
Dir. da Secretaria da Seção Única

CÂMARA ÚNICA

AGRAVO N° 110/96 - CAPITAL

Agravante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
Agravados: ESTADO DO AMAPÁ, SECRETARIA DE ESTADO DA SEPLAN e SECRETARIA DE ESTADO DA SEPLAN (em exercício)
Advogado: Dr. RUBEN BEMERGUY

DESPACHO

"Intimem-se os agravados nos termos do art. 527, do CPC, com a nova redação da pela lei n° 9.139, de 30.11.1995.

Macapá, 05.06.1996.

(a) Des. DÓGLAS EVANGELISTA - Relator"

Macapá-AP, 07 de junho de 1996.

Flu. Lira
M^{te} TEREZA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretora da Secretaria da Câmara Única

Ofícios Judiciais

Varas e Secretarias da Capital

1ª DE DISTRIBUIÇÃO DO DIA 22/05/1996

CIVIL

DISTRIBUIÇÃO: 00003420/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 8.836,58
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : MARCELO MARCONI LERL DE LIRA
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003423/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 9.446,73
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : NEW FASHION CONF E ARMARINHOS LTDA E OUTROS
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003427/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 11.066,04
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : EDINO BATISTA DO NASCIMENTO
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003408/1996 - (ALEATORIA COM COMPENSAÇÃO)

VARA : 1ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 1.977,05
REQUERENTE : BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A
REQUERIDO : MAURO AUGUSTO DOS SANTOS CORREIA
ADVOGADO : TELMA TEREZINHA DA SILVA COSTA

DISTRIBUIÇÃO: 00003396/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
ORIGEM : LARANJAL DO JARI
VALOR CAUSA : 0,00
REQUERENTE : RENATO SANTOS MIRAL
REQUERIDO : GETA LAR
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00003421/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 16.251,35
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : FRANCISCO MARQUES LEITE
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003424/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT

CIVIL

VALOR CAUSA : 28.032,04
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : ANTONIO DAS GRACAS BONDALVES
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003428/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 3.717,68
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : ALVARO TELES DOS SANTOS
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003414/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 15.246,60
REQUERENTE : JOSE TORK DE OLIVEIRA BITTENCOURT
REQUERIDO : MARCELO LUIS DE ALMEIDA
ADVOGADO : VERA DE LEBES PINHEIRO

DISTRIBUIÇÃO: 00003420/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 36.389,22
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : GILMAR DE JESUS LOPES EVANGELISTA
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003425/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : MANDADO DE SEGURANÇA
VALOR CAUSA : 20,00
REQUERENTE : MARIA ANGELICA CORTE PIMENTEL
REQUERIDO : FRANCINARA BEZERRA MAGALHE
ADVOGADO : MARLON DA LUZ FARIAS

DISTRIBUIÇÃO: 00003426/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 9.732,47
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : MARCIA MARIA FURTADO DE MELO E OUTROS
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

DISTRIBUIÇÃO: 00003427/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : EXECUÇÃO DO EXECUÇÃO FORÇADA-TIT JUD EXT
VALOR CAUSA : 5.511,62
REQUERENTE : BANCO ITAU S/A
REQUERIDO : MARIA COETE BEZERRA ANDRADE MOURA E OUTROS
ADVOGADO : CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

CIVIL

DISTRIBUIÇÃO: 00003420/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
ORIGEM : MARGINAL-MS
VALOR CAUSA : 0,00
REQUERENTE : CARLOS ANTONIO DE SOUZA E OUTROS
REQUERIDO : SA FABRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00003385/1996 - (ALEATORIA COM COMPENSAÇÃO)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE-IMÓVEL
VALOR CAUSA : 2.550,00
REQUERENTE : MANOEL DA SILVA MATIAS E OUTROS
REQUERIDO : ROLANDO DA SILVA
ADVOGADO : ADELSON FERREIRA TAVORA

DISTRIBUIÇÃO: 00003369/1996 - (REDIST. ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CIVIL E FAZENDA PÚBLICA
FEITO : AÇÃO DE INDENIZAÇÃO-OUTRAS CAUSAS
VALOR CAUSA : 10.000,00
REQUERENTE : RAIMUNDO DIAS MONTEIRO
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO :

CRIMINAL

DISTRIBUIÇÃO: 00001132/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA CRIMINAL
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
OCORRÊNCIA : PROC 572/96-LARANJAL DO JARI
ORIGEM : LARANJAL DO JARI
AUTOR : JUSTIÇA PÚBLICA
REU : ATAÍDE DE JESUS REIS

DISTRIBUIÇÃO: 00001125/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CRIMINAL
FEITO : TRAFICO DE TONICOIS/WRT.12a14.Lei 6368/76
OCORRÊNCIA : OFIC 343/96-DTE, 21.05.96
AUTOR : DTE
REU : AUGUSTO SERGIO DOS SANTOS LEITE

DISTRIBUIÇÃO: 00001123/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CRIMINAL
FEITO : PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO
OCORRÊNCIA : INQ POLICIAL 912/96-4a DP, 09.04.96
AUTOR : JUSTIÇA PÚBLICA
REU : DUBINELSON DE ABREU CORREA

DISTRIBUIÇÃO: 00001120/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CRIMINAL
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
OCORRÊNCIA : PROC 582/96-LARANJAL DO JARI
ORIGEM : LARANJAL DO JARI
AUTOR : JUSTIÇA PÚBLICA
REU : ERICSON MARCOS CAMPOS

DISTRIBUIÇÃO: 00001126/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CRIMINAL
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
OCORRÊNCIA : PROC 453/96-CHALCENE
ORIGEM : CHALCENE
AUTOR : JUSTIÇA PÚBLICA
REU : PAULO SERGIO ROSEIRO PINHEIRO

DISTRIBUIÇÃO: 00001134/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA CRIMINAL
FEITO : PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO
OCORRÊNCIA : PROC 453/96-CHALCENE, 27.04.95
AUTOR : JUSTIÇA PÚBLICA
REU : EDISON GILME VIEIRA LEMTO

INFÂNCIA E JUVENTUDE

DISTRIBUIÇÃO: 00001127/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : INVESTIGAÇÃO SOCIAL
REQUERENTE : J.P.
REQUERIDO : W.S.D.J. e OUTROS
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00001129/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : INVESTIGAÇÃO SOCIAL
REQUERENTE : J.P.
REQUERIDO : J. DE S.O.
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00001130/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : INVESTIGAÇÃO SOCIAL
REQUERENTE : J.P.
REQUERIDO : D. DOS S.F.
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00003416/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : GUARDA E RESPONSABILIDADE
REQUERENTE : N. J. e OUTROS
ADVOGADO : DEFENSOR PÚBLICO

DISTRIBUIÇÃO: 00003419/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : ALVARA JUDICIAL
REQUERENTE : L.O.F.S.
ADVOGADO : ELMARDO MIRAL PINDARILAO

DISTRIBUIÇÃO: 00003420/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : 1ª. VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
FEITO : GUARDA E RESPONSABILIDADE
REQUERENTE : L. DO N.S.
ADVOGADO : JOSE FERREIRA COSTA

FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES

DISTRIBUIÇÃO: 00003401/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 2ª. VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES
FEITO : CARTA PRECATÓRIA
ORIGEM : FETACIJA GOMES
VALOR CAUSA : 0,00
REQUERENTE : N.I.
REQUERIDO : A.J. DE L.
ADVOGADO :

DISTRIBUIÇÃO: 00003406/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES
FEITO : AÇÃO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 1.200,00
REQUERENTE : N. DO N.P.
REQUERIDO : J. DA S.P.
ADVOGADO : DEFENSOR PÚBLICO

DISTRIBUIÇÃO: 00003441/1996 - (ALEATORIA)

VARA : 1ª. VARA DE FAMÍLIA, ORFÃOS E SUCESSÕES
FEITO : AÇÃO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 2.400,00
REQUERENTE : L.V. DE S.N.

REQUERIDO : R.A.M.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003444/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 1ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : INVENTARIO NEGATIVO
VALOR CAUSA : 10,00
REQUERENTE : F.D.P.
REQUERIDO : F. DE A.P.
ADVOGADO : CIGERO BORGES BORDALO

DISTRIBUICAO: 00003431/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : CARTA PRECATORIA
ORIGEM : CASTANHAL
VALOR CAUSA : 0,00
REQUERENTE : G. E OUTROS
REQUERIDO : H.M.A.
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003434/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 3.600,00
REQUERENTE : H.M. DE S. E OUTROS
REQUERIDO : G.F. DE S.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES

DISTRIBUICAO: 00003437/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 2.400,00
REQUERENTE : H.M. DOS S.M. E OUTROS
REQUERIDO : H.M. DE M.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003439/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : INTERDICAÇÃO DE PESSOAS
VALOR CAUSA : 100,00
REQUERENTE : H.M. DOS S.
REQUERIDO : M. DOS S.S.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003442/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 100,00
REQUERENTE : G.R. DA S.S.
REQUERIDO : J.B.N.S.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003449/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : CARTA PRECATORIA
ORIGEM : TAUJUBA
VALOR CAUSA : 0,00
REQUERENTE : F.C.C.
REQUERIDO : M.C.S.C.
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003458/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ALVARA JUDICIAL
VALOR CAUSA : 400,00
REQUERENTE : M. DO R.M.F.
ADVOGADO : TELMA TEREZINHA DA SILVA COSTA

DISTRIBUICAO: 00003463/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : REGULAMENTAÇÃO DIREITO VISITA
VALOR CAUSA : 100,00
REQUERENTE : V.M. DA S.
REQUERIDO : R.P. DA S.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003475/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS

FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES

VALOR CAUSA : 1.840,00
REQUERENTE : G.L.M. E OUTROS
REQUERIDO : L.M.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003486/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 2.400,00
REQUERENTE : V.P.L. DA C.
REQUERIDO : V.M. DA C.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003440/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA
VALOR CAUSA : 1.000,00
REQUERENTE : R.N.V.R.
REQUERIDO : J. DA C.N.
ADVOGADO : DEFENSOR PUBLICO

DISTRIBUICAO: 00003443/1996 - (ALEATORIA)
VARA : 2ª. VARA DE FAMILIA, ORFÃOS E SUCESSOES
FEITO : ACORDO DE ALIMENTOS
VALOR CAUSA : 1.296,00
REQUERENTE : G.S. DE A.
REQUERIDO : G.S. DE A.
ADVOGADO : ALBA LUCIA COLARES CALDAS

JUIZADO ESPECIAL

DISTRIBUICAO: 00003355/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARIA JOSE COSTA RODRIGUES
REQUERIDO : ELIZETE FERREIRA TAVORA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003356/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARIA JOSE COSTA RODRIGUES
REQUERIDO : RAIMUNDA DOS F. GUEDES
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003357/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ASE. OLIVEIRA DE ALMEIDA
REQUERIDO : JOSINO DE MELO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003358/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : DIZELINA GUIMARAES PEREIRA SALES
REQUERIDO : IVALDINA THOMAZ DE S. SOUZA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003359/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : JOSE MACIEL REIS
REQUERIDO : MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS COSTA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003360/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ADALBERTO MORAES DA SILVA
REQUERIDO : FRANCISCO PEREIRA DO CARMO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003361/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : MANOEL DO NASCIMENTO CAMARA
REQUERIDO : JOSE DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003362/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)

JUIZADO ESPECIAL

REQUERENTE : EVERALDO AUGUSTO DE OLIVEIRA
REQUERIDO : SAI ARAUJO QUARESMA-PREQ. DO SIND. AGRICULT. DO AMAPÁ
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003363/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : OTTO LUIZ VILELA
REQUERIDO : WALDECI BONFIM SAMPALHO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003364/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : JOSE CARLOS DE OLIVEIRA CARDOSO
REQUERIDO : VICENTE BRITO FIGUEIREDO E OUTROS
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003365/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : JORZINA GENADUE CORDEIRO
REQUERIDO : ANASTACIO LOSATO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003366/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ADELSON DA SILVA SA
REQUERIDO : SOCITEL TELEFONES LTDA.
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003367/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : JOSE RODRIGUES DO NASCIMENTO
REQUERIDO : SOFIA NATIAS DA SILVA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003368/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ANTONIO FERREIRA DUARTE
REQUERIDO : REGINALDO SOARES DOS SANTOS
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003370/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : JAIRDO CARVALHO ALENCAR
REQUERIDO : WAGNER DE SOUZA PANTOJA
ADVOGADO :

JUIZADO ESPECIAL

DISTRIBUICAO: 00003371/1996 - (DIRECIONADA)

VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DOS SANTOS
REQUERIDO : MANOEL PANTOJA DE SENA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003372/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : FRANCISCO JOCELIO SAMPATO PEREIRA
REQUERIDO : DIONISIO DA SILVA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003373/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : FRANCISCO JOCELIO SAMPATO PEREIRA
REQUERIDO : ELIAS DE SOUZA MELLO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003374/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : ANTONIO GOMES ALVES DO NASCIMENTO
REQUERIDO : WAGNER DE Fátima RODRIGUES CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003375/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : RAIMUNDO DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003376/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ROBERVAL LIMA DOS SANTOS
REQUERIDO : NARA REBE F. DE OLIVEIRA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003377/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)
REQUERENTE : ANTONIO JOSE DE SOUZA CARNEIRO
REQUERIDO : LEILA DAS GRAÇAS FRANCISCO FRANCO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003378/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (CONHECIMENTO)

JUIZADO ESPECIAL

REQUERENTE : MARCIANUS DOS SANTOS FISHEIRO
REQUERIDO : JOSENETO COELHO DA SILVA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003379/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : FRANCISCO JOCELIO SAMPATO PEREIRA
REQUERIDO : MARCIANA DA COSTA MARTINS
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003380/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : HELMINE FABIOLA BRITO
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003381/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : ANA MARIA PICANCO DE SENA BARROS
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003382/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : SIMONE BARBILHARES DE FREITAS
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003383/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : LEICYNERI MACHADO BARRIGA
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003384/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO E SILVA
REQUERIDO : SANDRA REGINA CRUZ MACIEL
ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003386/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)
REQUERENTE : MARILENE DE ARAUJO SILVA
REQUERIDO : ELBA DOS SANTOS CARDOSO
ADVOGADO :

JUIZADO ESPECIAL

DISTRIBUICAO: 00003387/1996 - (DIRECIONADA)
VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVEL
FEITO : RECLAMACAO CIVEL (EXECUCAO)

REQUERENTE : GIZELMA GUIMARAES PEREIRA SALES
 REQUERIDO : IDALICE ARAUJO DOS SANTOS
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003388/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : FRANCISCO DE OLIVEIRA QUEIROZ
 REQUERIDO : SINDIAT- SINDICATO DOS VIGILANTES
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003390/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : PEDRO PAULO DA SILVA
 REQUERIDO : CARLOS JOSE DE OLIVEIRA ALVES
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003391/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : NARCISO ANTONIO DE ARAUJO
 REQUERIDO : JERALDO LOPES DE JESUS
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003392/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : PEDRO PAULO DA SILVA
 REQUERIDO : ALEXANDRA PICHARD
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003393/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : JOSE RONALDO DA COSTA BATA
 REQUERIDO : ELLEN BRANDAO SARAIVA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003394/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : PEDRO PAULO DA SILVA
 REQUERIDO : SANDRA SUELY BARRA CORTEIRA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003395/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)

JUIZADO ESPECIAL

REQUERENTE : PEDRO PAULO DA SILVA
 REQUERIDO : ELIETE PICHARD
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003397/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : PEDRO PAULO DA SILVA
 REQUERIDO : SEANY ALMEIDA SANTOS
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003398/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : MARIA DAS DORES SILVA ALVES
 REQUERIDO : JOSE ARIMATEIA OLIVEIRA SOARES
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003399/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : MARCIUS VINICIUS DE JESUS
 REQUERIDO : PROPRIET DA SAMPSON-BRASILIA CONST E CONSTRUCO
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003400/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : GASPARIANO BRITO DE PAULA
 REQUERIDO : FRANCINALDO BARRO DO NASCIMENTO
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003402/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : JOSE ALUIZIO DE SOUZA PANTALEA
 REQUERIDO : JUDIA DA SILVA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003403/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ALUIZ DA SILVA CARVALHO
 REQUERIDO : SILVANETE NASCIMENTO DA SILVA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003404/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : PAULO R.M. BATISTA - ME
 REQUERIDO : IVERLI BATA DOS SANTOS
 ADVOGADO :

JUIZADO ESPECIAL

DISTRIBUICAO: 00003405/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : LUIS FLEIXA VIANA
 REQUERIDO : TEODORA TAVARES CORDEIRO

ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003406/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : CARLOS LIMA BATISTA
 REQUERIDO : WALDELAS DOS SANTOS CANCELA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003407/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 REQUERIDO : WALKIRIA MONTEIRO PEREIRA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003409/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 REQUERIDO : ILAINE DE OLIVEIRA SILVA MENDONÇA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003410/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ADEMAR MONTEIRO DE SOUZA E OUTROS
 REQUERIDO : JOAO DAS NEVES FILHO
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003411/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ANTONIO ALVES DE AQUIAR
 REQUERIDO : JOSE MONTEIRO LEITE
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003412/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 REQUERIDO : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003413/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)

JUIZADO ESPECIAL

REQUERENTE : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 REQUERIDO : LAURO HUI SILVA DOS SANTOS
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003415/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : ELIJOZA AZEVEDO PENA
 REQUERIDO : CARLOS ALBERTO PRADO PEREIRA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003417/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : MONICA DE SI BARRETO
 REQUERIDO : ROSA ALBERTA FERREIRA SILVA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003418/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(CONNECTIVO)
 REQUERENTE : SIMAO SOARES DA SILVA RELOJO
 REQUERIDO : JOAO CARLOS DA SILVA SANTANA
 ADVOGADO : MAURO XAVIER DE BARROS

DISTRIBUICAO: 00003448/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : MARIA JOSE CHAGAS LOPES DOS SANTOS
 REQUERIDO : DOLIA DO AMARAL SANTOS
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00003447/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CIVIL
 FEITO : RECLAMACAO CIVIL(ENECUCAO)
 REQUERENTE : JOSEEL PEREIRA DE ARAUJO
 REQUERIDO : PAULO LUIZ DA SILVA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00001120/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CRIMINAL
 FEITO : PROPOSTA DE PENHA
 AUTOR : JUSTICA PUBLICA
 REU : PEDRO NESSIAS MADUREIRA FERREIRA
 ADVOGADO :

DISTRIBUICAO: 00001124/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CRIMINAL
 FEITO : PROPOSTA DE PENHA
 AUTOR : JUSTICA PUBLICA
 REU : JOSE ELIAS PALHEIRA DA SILVA
 ADVOGADO :

JUIZADO ESPECIAL

DISTRIBUICAO: 00001131/1996 - (DIRECIONADA)
 VARA : JUIZADO ESPECIAL CENTRAL CRIMINAL
 FEITO : CARTA PRECATORIA
 ORIGIN : MAZAGAO
 AUTOR : JUSTICA PUBLICA
 REU : TIAGO VALENTE CORDEIRO
 ADVOGADO :

23/05/96

SANTANA DOS ALMEIDA NETO
 DISTRIBUIDOR
 JOSE BATISTA
 DISTRIBUIDOR

1ª VARA CÍVEL E FAZENDA PÚBLICA**EDITAL DE CITAÇÃO**

Prazo: vinte (20) dias

O Dr. CONSTANTINO BRAHUNA
 MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e
 de Fazenda Pública de Macapá, na forma
 da lei, etc.

PAZ SABER a todos os que
 o presente virem ou dele conhecimento
 tiverem que, por este meio, CITA todos
 os eventuais interessados, que tramite
 nesta Vara o Processo s/nº - Autos de
 Retificação de Registro Civil, no qual
 figura como requerente ALESSANDRO SE-
 BASTIÃO DOS SANTOS SANTANA, podendo
 haver impugnação ao pedido, no prazo
 de cinco (5) dias, querendo, ficando
 esclarecido que este Juízo tem sua se-
 de à Av. Fab, nº 1737, nesta Capital.
 Para conhecimento de todos, expediu-se
 o presente edital que será afixado no
 lugar de costume e publicado na forma
 da lei. Macapá, 04 de junho de 1996.
 Eu, JOSENILDO SANTOS CARDOSO, Auxiliar
 Judiciário, o datilografei. Eu,
 (LUCIVALDO DOS
 SANTOS FERREIRA), Chefe de Secretaria,
 o subscrevi.

CONSTANTINO BRAHUNA
 Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA

JUIZ DE DIREITO: CONSTANTINO BRAHUNA
 CH. DE SECRETARIA: LUCIVALDO FERREIRA

Expediente para intima-
 ção das partes e respectivos Advoga-
 dos:

Proc. nº 2122 - Ação de Execução.
 Exequente: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA
 DO BRASIL PUBLICAÇÕES LTDA. Adv.
 Dra. ROSA MARIA B. BRANDÃO BICKER.
 Executada: IVANETE MARIA COUTINHO
 ARAÚJO. Desp: Manifeste-se a exeque-
 nte sobre a certidão do Oficial
 de Justiça, no prazo de cinco
 dias.

Proc. nº 1128 - Ação de Execução.
 Exequente: MARINALVA MELO DA COSTA.
 Adv. Dr. WASHINGTON CALDAS. Executa-
 do: OSVALDO MARQUES GALENO. Desp:
 Junte-se. Dê-se ciência a exequente.

Proc. nº 2101 - Pedido de Falência
 Requerente: RODOVIÁRIO ELETROLAR
 LTDA. Requerida: IRMÃOS LEITÃO
 LTDA. Adv. da A. Dr. JOSÉ ANTONIO
 THOMAZ NETO. Adv. da R. Dr. MARCELO
 CARDOSO NASSAR. Desp: J. Indefiro.
 A demandante não está litigando
 sob o benefício da gratuidade
 judiciária. Recolha, antes, os
 encargos financeiros com a publicação

Proc. nº 2238 - Ação de Execução.
 Exequente: RODOVIÁRIO ELETROLAR
 LTDA. Adv. Dr. JOSÉ ANTONIO THOMAZ
 NETO. Executada: SANDRA LÚCIA
 SILVEIRA. Desp: J. Defiro o pedido.
 Suspensa-se o feito pelo prazo
 de seis meses.

Proc. nº 2296 - Ação Cominatória.
 A. SOCITEL TELEFONES LTDA. Adv.
 Dr. MAURO XAVIER DE BARROS. R.
 JACIARA DA FONSECA. Desp: J. Se
 tempestiva, recebo a apelação
 em seu duplo efeito. Intime-se
 a apelada para contra-razões.
 Remetam-se, após os autos ao Egrégio

Tribunal de Justiça deste Estado. Proc. nº 2329 - Mandado de Segurança. Impetrante: EMPRESA ESTRELA DE OURO LTDA. - Adv. Dr. FRANCISCO DE ASSIS MENEZES. Impetrado: DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO AMAPÁ. Desp: Cumpra-se o venerando Acórdão.

Proc. nº 2343 - Ação Monitória. A. ESTADO DO AMAPÁ. Procurador: Dr. RUBEN BEMERGUY. R. NOSSO IAR COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LTDA. Desp: Aguarde-se no arquivo provisório a iniciativa do autor.

Proc. nº 2379 - Reintegração de Posse. Av. BB. LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL. Adv. Dra. SULAMIR PALMEIRA MONASSA DE ALMEIDA. R. IBEMA - IND. E BENEF. DE MADEIRAS LTDA. Desp: J. Como requer. Proceda-se a alienação, creditando-se a arrendante do respectivo valor até o limite do saldo devedor.

Proc. nº 2381 - Ação de Cobrança. A. CLEIDE DOS SANTOS PACHECO. Def. Dr. NILTON CASTILHO DIAS. R. ANA LÚCIA RAMOS. Desp: Aguarde-se a iniciativa da autora no sentido de requerer a execução, atentando para o disposto nos arts. 604 e 652 e seguintes do CPC.

Proc. nº 2392 - Ação de Indenização. A. DÉBORA LAFAYENE DE ARAÚJO BARBOSA. Adv. Dr. CALEB GARCIA MEDEIROS. R. ESTADO DO AMAPÁ. Procurador: Dr. ARUBEN BEMERGUY. Desp: ... À vista dessas razões, rejeito a denunciação da lide arguida como preliminar da contestação, dando por saneado o processo, frente ao preenchimento dos pressupostos processuais e das condições da ação, bem como da regularidade do processo. Defiro, outrossim, as provas úteis pelas quais protestaram as partes. Sendo necessária a realização de prova pericial para mensuração econômica dos danos cuja reparação está sendo pretendida, nomeio para perito perito o Dr. DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, que deverá dar início ao exame pericial a apresentar o respectivo laudo dentro de trinta (30) dias de sua notificação, facultada às partes a indicação de assistentes técnicos e a formulação de quesitos. Designem-se data para a audiência de conciliação, instrução e julgamento, intimando para depoimento pessoal as partes. Intimem-se igualmente, os procuradores da autora e do réu, assim as testemunhas tempestivamente arroladas.

Proc. nº 2417 - Execução Fiscal. Exequeute: FAZENDA PÚBLICA DO AMAPÁ. Procurador: Dr. PEDRO JOSÉ DE SOUZA. Executado: MANOEL FERREIRA DO NASCIMENTO. Desp: Manifestem-se as partes sobre a avaliação, em cinco dias.

Proc. nº 2483 - Ação de Indenização. A. IÊDA DOS PASOS DE LIMA. Adv. Dr. JOSÉ AUGUSTO PEREIRA CARDOSO. R. MULT BOLSA & NEGÓCIOS LTDA. Desp: Equivoca-se mais uma vez, o ilustre patrono da demandante. O título que garante o pedido executório autoriza a execução de obrigação de fazer e não execução por quantia certa. Emende a inicial em dez dias, pena de indeferimento e consequente extinção do processo.

Proc. nº 2467 - Ação de Execução. Exequeute: MANOEL SANTANA CORDEIRO. Adv. Drs. PAULO JOSÉ DA SILVA RAMOS e RICARDO GONÇALVES SANTOS. Executada: DOMINGAS RIBEIRO DE

SOUZA. Desp: Suspensa-se o feito pelo prazo de um ano ou até nova iniciativa de impulsão processual pelo exequente.

Proc. nº 2557 - Ação de Execução. Exequeute: AMÉLIA CORRÊA BELÉM. Adv. Drs. MÁRIO CARNEIRO e JOSÉ AIRTON DE AGUIAR PORTELA. Executada: MARIA JOSÉ C. DA SILVA. Desp: Diga a exequente sobre a certidão da Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias.

Proc. nº 2568 - Ação de Execução. Exequeute: CENTER KENNEDY COMÉRCIO LTDA. Adv. Dr. PAULO CASCAES. Executada: MARIA SARAIVA GOMES BORRALHO. Desp: Suspensa-se o feito pelo prazo de um ano ou até nova iniciativa de impulsão processual pela exequente.

Proc. nº 2603 - Indenização (Reconvenção) A. RUBENS GUILHERME MACEDÃO NERI. Adv. Dr. EDVALDO AZEVEDO SOUZA; R. MARCO AURÉLIO GAMA DA SILVA. Adv. Dra. CLACY SANTANA. Desps: 1º - J. Diga o autor sobre a contestação em dez (10) dias. 2º - Registre-se e junte-se, retificando-se a autuação, fazendo referência à reconvenção, providenciando o réu-reconvinte o respectivo preparo. Após, intime-se o autor-reconvindo, apessoa de seu procurador judicial, a contestar em quinze dias.

Proc. nº 2644 - Ação de Cobrança. A. PRODAM-PROCESSAMENTO DE DADOS DO AMAPÁ LTDA. Adv. Drs. JEAN ROBERTO DA SILVA HOUAT, JANE DOS SANTOS PISCANO, JOÃO DE LIMA GUERREIRO SOUZA e SANDRA DO SOCORRO DO CARMO OLIVEIRA. R. JOSÉ VALDER MORAIS CUNHA. Adv. Dr. MARCELO FERREIRA AMARAL. Desp: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, no prazo de três dias, esclarecendo a sua finalidade.

Proc. nº 2674 - Imissão de Posse. A. MARISE GARCIA DUARTE DA SILVA. Adv. Dr. MAURO HENRIQUE DUARTE DA SILVA. R. EDSON JOSÉ PIMENTEL BENTES MONTEIRO. Desp: Junte-se. Defiro o pedido, suspenda-se o feito por mais dez dias.

Proc. nº 2683 - Ação de Execução. Exequeute: JORGE IVAN QUEIROZ DOS SANTOS. Adv. Dr. JOÃO SOARES DE ALMEIDA. Executada: MARIA GEDILMA SOUZA SANTOS BUENO. Adv. Dr. JOSÉ FERREIRA COSTA. Desp: Junte-se. Manifeste-se o exequente sobre a oferta de bens à penhora, em cinco dias.

Proc. nº 2729 - Pedido de Falência. A. JOLIMODE ROUPAS S/A. Adv. Dr. awalter lopes calvo. R. G.R. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Desp: R.A. Os título de crédito que guarnecem o pedido falimentar perderam o atributo da exequibilidade como requisito para o requerimento da falência, eis que prescrito o direito à execução. Venha a demandante pela via do procedimento cogutivo adequado.

DESPACHOS IDÊNTICOS: Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho: Arquive-se provisoriamente feito, assim procedendo até que a (o) exequente, encontrando bens suscetíveis de penhora, venha dar seguimento.

Proc. nº 0621 - Ação de Execução. Exequeute: M. SANTOS. Adv. Dr. JOSÉ LUIS CALANDRINI. Executada: CONSTRUTORA NOVO HORIZONTE LTDA. Adv. LADEMIR JACOB GOMES.

Proc. nº 1530 - Ação de Execução. Exequeute: MARTA DO LIVRAMENTO

FORTUNA DE ARAÚJO. Adv. NILDO JOSUÉ PONTES LEITE. Executada: CONCOL - CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

Proc. nº 1883 - Ação de Execução. Exequeute: JOSÉ TADEU DE OLIVEIRA BITTENCOURT. Adv. Dr. WASHINGTON CALDAS. Executado: ROBERTO ARAÚJO NASCIMENTO.

Proc. nº 1816 - Execução Fiscal. Procurador: PEDRO JOSÉ DE SOUZA. Exequeute: FAZENDA PÚBLICA DO AMAPÁ. Executado: AGENOR DE OLIVEIRA NONATO.

Proc. nº 1974 - Ação de Execução. Exequeute: SEBASTIÃO PAULO DE SOUZA. Adv. Dr. EDVALDO DE AZEVEDO COSTA. Executada: JACYMARY GOMES FERREIRA.

DESPACHOS IDÊNTICOS

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:

Manifestem-se as partes sobre os cálculos, em cinco dias.

Proc. nº 0236 - Ação de Indenização. Autora: JOANA VALÉSIA DA SILVA DIAS e outros. Adv. Dr. CARLOS EDUARDO MELLO SILVA. R. ESTADO DO AMAPÁ. Procurador: Dr. RUBEN BEMERGUY.

Proc. nº 2028 - Ação de Execução. Exequeute: ANTONIO FERNANDO DA SILVA E SILVA (causa própria). Executado: NIVALDO FRANÇA DE ALMEIDA.

Proc. nº 2189 - Reintegração de Posse. AA. JOSÉ CELESTE PINHEIRO e SAMIA AMIN RICHENE. Adv. Dr. JOSÉ MARIA DE DEUS E SILVA. R. LEONARDO FARIAS DE CASTRO. Adv. Dr. JEAN HOUAT.

Proc. nº 2518 - Ação Monitória. A. VERDE E VERDE LTDA. Adv. Dr. JOSÉ CHAGAS ALVES. R. ONEÍ DUARTE LIMA. Sentença... Isto posto, julgo extinto o presente processo, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. As custas já foram pagas. Transitada em julgado esta sentença, certifique-se nos autos, dando baixa e arquivando. PRIC.

Proc. nº 2725 - Ação Renovatória. A. COMPANHIA DE CALÇADOS CLARK. Adv. Dr. MÁRIO SÉRGIO PINTO TOSTES. R. CONSTRUTORA IMOBILIÁRIA ECAPA LTDA. Sentença... Ex positis, indefiro por inepta a inicial, e julgo, com fundamento nas disposições legais referidas, extinto o processo. Custas processuais pela demandante. Sem sucumbência em honorários advocatícios, porque sequer formada a relação processual. Transitada em julgado esta sentença, certifique-se nos autos, dando baixa e arquivando. PRIC.

E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente que será publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Macapá, aos cinco dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis.

Antônio dos Santos Barros
Diretor de Secretariado da Vara 001
CJC 003 600 473 - 58

3ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA

JUIZ DE DIREITO: DR. JOÃO BRATTI
DIRETOR DE SECRETARIA: CÉLIO A. V. FARIAS

EXPEDIENTE DO DIA: 04.06.96
PARA CIÊNCIA DAS PARTES E SEUS ADVOGADOS

PROCESSO Nº 2.002/95**AÇÃO: EXECUÇÃO**

Reqte.: TROPICAL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.

Adv.: Dr. VALDINEI SANTANA AMANAJÁS

Reqda.: CONCERTA - COM. E. PREST. DE SERVIÇOS LTDA.

SENTENÇA: "Intimada a exequente a se manifestar no prazo de cinco dias, manteve-

se silente, deixando decorrer mais de trinta dias, sem nada requerer.

Em razão disto, foi intimada pessoalmente a exequente, a se manifestar em 48 horas, sob pena de extinção e mais uma vez não se manifestou (fls. 18,v).

Assim, configurou-se o abandono da causa por mais de trinta dias, nos termos do art. 267, III do Código de Processo Civil, em razão do que declaro extinto o processo sem julgamento de mérito.

Transitada em julgado, archive-se, com as baixas. MCP, 30.05.96".

PROCESSO Nº 943/93**AÇÃO: EXECUÇÃO**

Reqte.: CHIKAHITO FUJISHIMA

Adv.: Dr. VALDINEI SANTANA AMANAJÁS

Reqda.: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CAESA.

DESPACHO: "Nos termos da Portaria nº 001/95, ficam as partes intimadas a se manifestarem sobre a avaliação de fls. 47 de lavra do Sr. Oficial de Justiça, em cinco (05) dias. MCP, 03.06.96".

PROCESSO Nº 1991/95**AÇÃO: MEDIDAS CAUTELARES**

Reqte.: JACI MONTEIRO DA SILVA

Adv.: Dr. JOSIMAR DE SOUZA

Reqdo.: BENEMAR BENEDITO DOS SANTOS

SENTENÇA: "Intimada o requerente a se manifestar no prazo de cinco dias, manteve-se silente, deixando decorrer mais de trinta dias, sem nada requerer.

Assim, configurou-se o abandono da causa por mais de trinta dias, nos termos do art. 267, III do Código de Processo Civil, em razão do que declaro extinto o processo sem julgamento de mérito.

Transitada em julgado, archive-se, com as baixas. MCP, 30.05.96".

PROCESSO Nº 1.190/93**AÇÃO: EMBARGOS A EXECUÇÃO**

Reqte.: RAIMUNDO MARTINS COSTA

Adv.: Dr. LEONARDO DA SILVEIRA EVANGELISTA

Reqdo.: RAIMUNDO MACHADO FROTA

DESPACHO: "Digam as partes sobre o cálculo retro. MCP, 31.05.96".

PROCESSO Nº 2.431/96**AÇÃO: EXECUÇÃO**

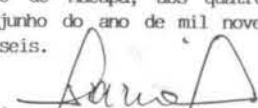
Reqte.: ANTONIO SABINO DE BRITO

Adv.: Dr. WASHINGTON CALDAS

Reqdo.: JUVENAL DE ARAÚJO NETO

DESPACHO: "Venha com as custas, após conclusos. MCP, 03.06.96".

O presente expediente será publicado na forma da lei e afixado em lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Macapá, aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis.


CÉLIO AUGUSTO VIDINHA FARIAS
Diretor de Secretaria

2ª VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES
JUIZ DE DIREITO: DR. AGOSTINO S. JUNIOR
CHEFE DE SEC.: ROBERVAL L. DOS SANTOS

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DO DIA 04.06.96,
PARA CIÊNCIA DAS PARTES E ADVOGADOS

PROC. Nº 3706/96 - SEP. JUD. CONSENSUAL - A.: C.M.G.M. dos S. e M.E.M. dos S. (Adv. Caleb Garcia Medeiros e Lourival Q. Alcantara)

DESPACHO: "R.A. Venha o casal. I." Macapá, 30.05.96.

PROC. Nº 2585/95-EXEC. ALIMENTOS-A.: A.R.B. de B. e outra, rep. por A.V.A.B. (Adv. Filomena Silva Valente)- R.: N.C.B. **DESPACHO:** "J. nos autos. Promova a petição a comprovação de que cientificou sua mandante para nomeação de substituto, EX VI do artigo 45, CPC. I." Macapá, 29.05.96.

PROC. Nº 2019/94 - SEP. JUD. LITIGIOSA A.: A.M.C. dos A. (Adv. Vera de Jesus Pinheiro)- R.: J.M. dos A. (Adv. Jurandir Bentes) **DESPACHO:** "J. Defiro. Diga a A.I." Macapá, 16.05.96.

PROC. Nº 1297/93- INV. PATERNIDADE C/C ALIMENTOS - A.: A.P. de A., rep. por J.R. de A. (Adv. Filomena S. Valente)- R.: P.M. (Adv. Lucí meire S. Nascimento) - **DESPACHO:** "Diga o A.I." Macapá, 22.05.96.

PROC. Nº 1846/94 - EMBARGOS DE TERCEIROS- A.: L.P. da C. & CIA (Adv. José Luis Calandriní)- R.: R.C.N. (Adv. Paulo Alberto dos Santos)- **DESPACHO:** "Intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, e intimação do embargante para prestar a caução, que deverá ser feita nos termos dos artigos 826 e seguintes do CPC." Macapá, 03.05.96.

PROC. Nº 3298/95 - DIVÓRCIO - A.: L.P. dos R. da S. (Adv. Elva Gomes)- R.: J.T. da S. (Adv. Rolien Silva de Albuquerque)- **DESPACHO:** "J. Diga o R.; em face do doc. que acompanha o pedido. I." Macapá, 22.05.96.

PROC. Nº 481/91 - INVENTÁRIO - A.: J. da S. V. (Adv. José Luis Calandriní)- **DESPACHO:** "J. Dê-se ciência às partes, à Fazenda Pública e ao MP. I." Macapá, 24.05.96.

PROC. Nº 3450/96 - DISSOLUÇÃO DE SOC. DE FATO - A.: F.F.G. de C. (Adv. Sônia Solange Maciel e Vera de J. Pinheiro) - R.: ESPÓLIO DE J.A. da S. **DESPACHO:** "Vistos, etc. Acolho integralmente a manifestação do douto MP., de fls. 168/169, e, com base na fundamentação ali consignada, declino da competência em favor do insigne colega titular da 1ª V.F.O.S. desta Capital, para onde determino a remessa do feito via distribuição. Dil. I." Macapá, 03.05.96.

PROC. Nº 3394/96 - AGRAVO DE INSTRUMENTO A.: S. de O.S. (Adv. Washington Caldas) **DESPACHO:** "Vistos, etc. Ante a ausência do devido preparo, decreto a deserção do presente agravo. Archive-se. I." Macapá, 23.05.96.

PROC. Nº 575 - INVENTÁRIO - A.: C.R. da S. (Adv. Paulo Sérgio Hage Hermes) - **DESPACHO:** "Digam as partes, a Fazenda Pública e o MP., sobre o laudo de avaliação. I." Macapá, 07.05.96. **DESPACHO:** "Intimação da parte autora para o devido preparo." Macapá, 16.05.96.

PROC. Nº 3572/96 - REMOÇÃO DE INVENTARIANTE - A.: M.P. - R.: D.C.F. (Adv. Alan do Socorro S. Cavalcante)- **DESPACHO:** "Intimação da inventariante para, em 05 (cinco) dias, defender-se e produzir provas." Macapá, 17.05.96.

PROC. Nº 1886/94 - ARROLAMENTO - A.: V.P. de S. e outros (Adv. José A.T. Neto)- **DESPACHO:** "Indefiro o pedido de fls. 75/77, eis que o presente feito, com a sentença, cumpriu seu objetivo. Tal indeferimento não obsta que a parte o renove em procedimento próprio. I." Macapá, 17.05.96.

PROC. Nº 3248/95 - ALVARÁ JUDICIAL- A.: A.L.M. de M. (Adv. Washington Caldas) **DESPACHO:** "Intimação da autora para que regularize a representação judicial e processual da menor E.M. de M." Macapá, 25.03.96.

PROC. Nº 2380/95 - SEP. JUD. CONSENSUAL- A.: S. de M. e J.L. de M. (Adv. Lourival Pinheiro Borges) - **DESPACHO:** "J. Ciência às partes e ao MP. I." Macapá, 17.05.96.

SENTENÇAS PROFERIDAS:

PROC. Nº 3645/96- GUARDA E RESPONSABILIDADE - A.: M. de C.P. - R.: F.R. (Adv. Cleusa Amalia Von Scharfen) - **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, nos termos da fundamentação supra e ante a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ancorado no artigo 267, IV, do CPC., julgo extinto

o presente feito, sem apreciar-lhe o mérito e determino, após o trânsito em julgado, seu arquivamento, sem apreciar-lhe o mérito e determino, após o trânsito em julgado, seu arquivamento, atribuindo à situação fática, quanto aos seus efeitos, o "status quo ante". Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Macapá, 15.05.96, (a) Dr. Agostino Silverio Junior.

PROC. Nº 2975/95 - EXECUÇÃO DE ALIMENTOS A.: R.E. dos S.F., rep. por R.E.A. dos S. (Adv. Francisco A. Mendes)- R.: J.R.A.F. (Adv. Paulo J. da S. Ramos)- **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, nos termos da fundamentação supra e na forma do art. 794, I, do C.P.C., declaro extinto o presente processo de execução e determino, após o trânsito em julgado, o seu arquivamento. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Macapá, 23.05.96, (a) Dr. Agostino S. Junior.

PROC. Nº 3451/96 - ALVARÁ JUDICIAL- A.: R. de J.S. e outros (Adv. Marcos Nogueira)- **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, nos termos da fundamentação supra e acolhendo o ilustre parecer da RMP, defiro o pedido para o fim de liberar os valores deixados por O.M. da S., em favor de seus filhos R., R.L., N. do S., e L.F. de J.S., únicos sucessores do falecido. Expeça-se o competente alvará, visando levantar os valores existentes da conta corrente nº..., do BANAP, agência desta cidade. Sem custas, em face do pedido de justiça gratuita de fls. 03, aqui deferido. Transitada em julgado, e expedido o necessário, dê-se baixa e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se" Macapá, 23.05.96, (a) Dr. Agostino Junior.

PROC. Nº 3322/95 - CONV. SEP. JUD. EM DIVÓRCIO - A.: A.P.R.F. (Adv. João A.N. Diniz) R.: I.G. da S. **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, considerando satisfeitas as exigências legais e com fundamento nos artigos 35 e 37 da Lei nº 6.515/77 e artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, converto em divórcio a separação judicial de A.P.R.F. e I.G. da S. Custas e honorários pela requerida, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa. Transitada em julgado, expeça-se o necessário, dê-se baixa e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Macapá, 21.05.96, (a) Dr. Agostino S. Junior.

PROC. Nº 3614/96 - SUPRIMENTO DE CONSENTIMENTO - A.: I.P.N. (Adv. Ericlaudio Alencar Rocha) - **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, nos termos da fundamentação supra e com base nos artigos 214 e 258, parágrafo único, item I, ambos do Código Civil Brasileiro, acolho o pedido para o fim de autorizar a celebração do casamento de I.P.N. e A.D.F.M., estabelecendo, nos termos da lei, o Regime de Separação de bens. Custas "ex lege". Transitada em julgado, expeça-se o necessário, dê-se baixa e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Macapá, 22.05.96, (a) Dr. Agostino Silverio Junior.

PROC. Nº 2415/95 - ALVARÁ JUDICIAL- A.: G.C. das C. e outros rep. por M.L.A.C. (Adv. Marcelo C. Nassar) - **SENTENÇA:** "Vistos etc... ISTO POSTO, nos termos da fundamentação supra e acolhendo o ilustre parecer da RMP, defiro parcialmente o pedido para o fim de autorizar rateio dos valores pleiteados, existentes na conta poupança pouxex nº..., da agência 0261-5, do Banco do Brasil S/A., desta cidade, entre os 05 (cinco) dependentes do "de cujus" (G.C. das C., T.C. das C., E.C. das C., J.N. das C. e A.P.F. das C.), na proporção de 1/5 (um quinto) para cada um, sendo que tais importâncias devem permanecer depositadas em caderneta de poupança, rendendo juros e correção monetária, em favor dos mesmos e só serão disponíveis após completarem 18 (dezoito) anos, salvo autorização judicial. Sem custas, faça a gratuidade de justiça requerida as fls. 03, aqui deferida. Transitada em julgado, expeça-se o necessário, dê-se baixa e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se." Macapá, 21.05.96, (a) Dr. Agostino S. Junior.

O PRESENTE EXPEDIENTE SERÁ PUBLICADO NA FORMA DA LEI, UMA CÓPIA SERÁ AFIXADA NO LUGAR DE COSTUME, DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE MACAPÁ, AOS CINCO DIAS

DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 1996, NOventa e seis, SERGIO RODRIGUES DE ALMEIDA, AUXILIAR JUDICIÁRIO, DACTILOGRAFEI. EU, ROBERVAL L. DOS SANTOS, CHEFE DE SECRETARIA, ASSINO.

ROBERVAL L. DOS SANTOS
Chefe de Secretaria

Varas e Secretarias do Interior

MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO MÊS 05/96
COMARCA DE CALÇÓENE

a) No Cível	
Total de Feitos tombados...	491
Total de Feitos arquivados...	323
Total de Precatórias devolvidas...	121
Total de Feitos redistribuídos...	011
Total de Feitos ent. s/ Traslado...	003
Total de Registros Cancelados...	003
Feitos em andamento...	028
a.1- Feitos tombados no mês...	006
a.2- Feitos arquivados no mês...	008
a.3- Precatórias devolv. no mês...	003
a.4- Feitos redistrib. no mês...	000
a.5- Feitos entregues à parte sem traslado no mês...	001
b) No Crime	
Total de Feitos tombados...	463
Total de Feitos arquivados...	253
Total de Precatórias devolvidas...	091
Total de Feitos redistribuídos...	011
Total de Feitos entregue s/traslado	000
Total de Registros Cancelados...	009
Feitos em andamento...	099
b.1- Feitos tombados no mês...	004
b.2- Feitos arquivados no mês...	003
b.3- Precatórias devolv. no mês...	004
b.4- Feitos redist. no mês...	000
b.5- Feitos entregues à parte sem traslado no mês...	000
TOTAL DE FEITOS EM ANDAMENTO a+b=	127
Mandados expedidos...	028
Mandados de prisão expedidos...	002
Alvarás expedidos...	002
Atos expedidos...	074
Precatórias expedidas(Cível)...	001
Precatórias expedidas(Crime)...	004
Alvarás de soltura expedidos...	001
Precatórias recebidas...	009
Despachos proferidos...	096
Denúncias recebidas...	000
Denúncias rejeitadas...	000
Cartas de sentença expedidas...	002
Pianças despachadas...	000
Liberdade provisória despachada...	000
Habeas Corpus impetrados...	000
Julgamentos desig(Trib. do Juri)...	000

a) Audiências realizadas:	
1.0) Cível...	000
1.1) Criminal...	012
1.2) Família...	003
1.3) Infância e Juventude...	000
b) Sentenças proferidas:	
2.0) De mérito(Cível e Família)...	000
2.1) De mérito (Criminal):	
a) Condênatória...	001
b) Absolutória...	003
2.2) De mérito(Infância e Juventude):	
a) Condênatória...	000
b) Absolutória...	000
2.3) Extinção da punibilidade...	002
2.4) Homologatória (Cível)...	003
2.5) De extinção (Cível)...	000
2.6) Outras (Cível e Família)...	000
2.7) Outras (Criminal)...	002
2.8) Outras(Infância e Juventude)...	000
c) Sessões do Júri realizadas...	000
d) Processos conc. para sentença com prazo excedido:	
3.0) Cível e Família...	000
3.1) Criminal...	000
3.2) Infância e Juventude...	000
Feitos remetidos ao Contador...	004

Feitos remetidos ao Min. Público... 053
Feitos remetidos à Def. Pública... 024

* Certifico e dou fé que, embora conste no Livro o Registro de 490 feitos, o correto é 489, eis que inexistente o nº 136.

Feitos no TJAP... 009

Calçoene-AP, 03 de junho de 1996.

CARLOS ALBERTO CAPEZIN
Juiz de Direito

Procuradoria Geral de Justiça

EDITAL

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá e Presidente da Comissão Organizadora do III Concurso Para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Amapá, torna público que foram PROVIDOS os recursos interpostos pelos seguintes candidatos:

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA FINAL
055	SEBASTIAO NOVO MARTINS	58,00
006	SANDRA CILCE DE AQUINO	57,00
118	MARIA DO SOCORRO MARTINS DA SILVA	53,00
071	MAURO JORGE BRANDAO	52,00
205	VALDEMIR MARVILLE	52,00
089	GILBERTO FIRMINO MARTINS	51,00
078	CLEIA SANTOS DE ABREU	51,00
082	THINA LUIZA D'ALMEIDA GOMES DOS SANTOS	50,00
231	JORGE GONCALVES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	50,00
169	CEZAR SOUZA DE MELO	50,00
110	AIRES ZABOT	50,00

Macapá (AP), 05 de junho de 1996.

Manoel de Jesus Ferreira de Brito
Procurador-Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL

PORTARIA Nº 111/96

O CORREGEDOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e III da Portaria nº 098/PGJ, de 22 de janeiro de 1996,

RESOLVE:

Designar a Dra. CLÁUDIA VALÉRIA PEREIRA DE QUEIROZ, Promotora de Justiça Substituta, para responder, no período de 10 a 21-06-96, pela Promotoria de Justiça da 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões da Comarca de Macapá-AP, e no período de 14 a 21-06-96, responder cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente.

Dê-se ciência. Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Macapá-AP, 10 de junho de 1996.

ERNANDES LOPES PEREIRA
Corregedor Geral

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATO DE CONTRATO

I- INSTRUMENTO PRINCIPAL:
CONTRATO Nº 005/96 - SEBRAE/AP

II- PARTES DO CONTRATO:
CONTRATANTE: SEBRAE/AP
CONTRATADO: MOACYR MENDONÇA BITHENCOURT

III- OBJETO:

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de Instrutoria, quando da realização de dois cursos sobre Comércio Exterior, denominados Curso Básico de Comércio Exterior I e Curso Básico de Comércio Exterior II, destinados aos empresários locais, funcionários do SEBRAE/AP e demais interessados, no período de 20 a 24 de maio de 1996, conforme Carta Proposta apresentada pelo Contratante e, aprovada pela Diretoria Executiva do SEBRAE/AP.

IV- PRAZO DE EXECUÇÃO:

Prazo máximo de 5 (cinco) dias

V- DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Pelo serviço ora efetuado, o SEBRAE/AP pagará ao Contratado o valor total de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) para cada curso, deduzidos os impostos devidos. O pagamento deverá ser efetuado após o término do serviço.

VI- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, ocorrerão à conta do Programa Negócios, Projeto "Negócios

Internacionais", Subprojeto "Promoção de Comércio Exterior", Código Orçamentário 03.34.00.000.

VII- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente Contrato tem respaldo legal no Art. 17, alínea II, do Estatuto Social do SEBRAE, Art. 21, inciso III, alínea G, do Regulamento de Licitações do SEBRAE, e nas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis, em face do objeto previsto e caracterizado neste instrumento.

Macapá, 15 de abril de 1996.

GILBERTO SEMBLANO DINVEIRA
Diretor Superintendente
SEBRAE/AP

TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
RESULTADO DE JULGAMENTO
CARTA CONVITE CC.DEST/CPL.004/96

A Comissão Permanente de Licitação-CPL, comunica a todos os interessados que o Resultado da Carta Convite em epígrafe que trata do fornecimento de materiais, serviços de instalação, sobressalentes, treinamento e testes para ampliação de 240 para 480 canais no equipamento ELO-34, do entroncamento das Estações Macapá/Marco Zero, teve como vencedor a Empresa ALCATEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., apresentando proposta no valor de R\$ 50.148,91.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
RESULTADO DE JULGAMENTO
CARTA CONVITE CC.DAF/CPL.005/96

A Comissão Permanente de Licitação-CPL, comunica a todos os interessados que o Resultado da Carta Convite em epígrafe que trata do fornecimento de materiais e serviços para revisão, recuperação e reforma de 85 Extintores de incêndio, teve como vencedor a Empresa EXTINCARGA COMÉRCIO SERVIÇOS LTDA, apresentando proposta no valor de R\$ 3.902,00.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
RESULTADO DE JULGAMENTO
CARTA CONVITE CC.DAF/CPL.006/96

A Comissão Permanente de Licitação-CPL, comunica a todos os interessados que o Resultado da Carta Convite em epígrafe que trata do fornecimento de materiais e serviços para tiragem de 10.000 Cópia Xerox e 25 Cópia Heliográficas, mensal, teve como vencedor a Empresa CENTRO DE CÓPIAS DE MACAPÁ LTDA (COPYCENTER), apresentando proposta no valor de R\$ 775,00 mensal.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS TLAP.DEST/CPL.002/96

A Comissão Permanente de Licitação-CPL, comunica a todos os interessados que o Resultado da Tomada de Preços em epígrafe que trata do fornecimento de materiais e serviços para ampliação de duas etapas, em 02 Centrais Telefônicas Trópico RA, teve como vencedor a Empresa ALCATEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., apresentando proposta no valor de R\$ 1.365.723,37.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TELECOMUNICAÇÕES DO AMAPÁ S/A - TELEAMAPÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INTERESSADO: Ericsson Telecomunicações S.A.
ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação
SÍNTESE: Ampliação de 4.000 Terminais no ELR Britizal e 2.000 Terminais no ELR Jardim Felicidade, Órgão de Comando, Supervisão e Controle da AXE-10.
VALOR: R\$ 1.914.578,62
Justifica-se a Inexigibilidade nos termos do disposto no inciso I do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, por configurar equipamentos fornecido por Empresa Comercial exclusiva.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRAVIO DE BLOCOS DE NOTAS FISCAIS

A Firma CONSOL ENGENHARIA LTDA,
C.G.C. nº 04.840.997/0001-49, escritório Estadual nº 03.003.006-0, estabelecida à Av. Padre Júlio Maria Lombaerd nº 979 Centro Macapá - AP, Comunico o Extravio dos Blocos de Notas Fiscais:
000500 a 000550
000551 a 000600
000601 a 000650

Obs: Os blocos já estavam utilizados

Assinado

PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA-PDT
DIRETÓRIO MUNICIPAL
MACAPÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Executiva do Partido Democrático Trabalhista - PDT, do município de MACAPÁ, na forma do Estatuto Partidário (art.18 § 2º) e Resolução 001/96-DE, convoca os membros do Diretório Estadual, Diretório; os Vereadores, Deputados e Senadores com domicílio eleitoral no município; para a PRÉ - CONVENÇÃO MUNICIPAL, a ser realizada no dia 17 de junho do corrente ano de 1996, na sede do DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO, situada a rua Cândido Mendes nº 907 - Sala 303, Altos do BANESPA, com início às 19 horas, nesta cidade, para deliberações da seguinte:

ORDEN DO DIA:

- a) Apreciar e votar propostas de coligações;
- b) Escolha dos candidatos a Vereadores a serem apresentados a Convenção Municipal das Eleições de 03 de outubro;

Macapá-AP, 10 de junho de 1996

[Assinatura]
 Vereador CARLOS CANTUARIA
 Presidente Dir. Municipal

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Comissão Provisória Municipal de
Tartarugalsinho, Estado do Amapá.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Provisória Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, no Município de Tartarugalsinho, na forma de seu Estatuto e em cumprimento a legislação eleitoral vigente, convoca os Senhores membros da Comissão Provisória Municipal e todos os seus filiados, à Convenção do Partido que ocorrerá no dia 16 de junho de 1996, com início às 08:00h e término às 18:00h, na sede do Partido, nesta cidade de Tartarugalsinho, para deliberação da seguinte Ordem do Dia:

- a) Votação da proposta de Coligação Partidária para as eleições proporcionais e Majoritária (Lei 9.100/95);
- b) Votação das chapas de candidatos às eleições Majoritária e Proporcional;
- c) Escolha da denominação do nome da Coligação;
- d) O que ocorrer.

Tartarugalsinho-AP, 06 de junho de 1996.

[Assinatura]
 PAULO GOMES DE OLIVEIRA
 Presidente da Comissão
 Provisória Municipal.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE SANTANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal Provisória do Município de Porto Grande na forma da Lei eleitoral vigente convoca os membros filiados, representações parlamentares, simpatizantes do Partido, para comparecerem a Convenção Municipal do Partido Social Democrático, representações partidárias, a realizar-se no dia 23 de junho do corrente ano na sede da Câmara de Vereadores, às 9:00hs que se prolongará até as 17:00, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais 1996.
2. Escolha dos candidatos, aos cargos de Prefeito e Vereadores para as eleições Municipais, assim como a escolha dos respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 EDINELSON PAULO GOES DA SILVA
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE SANTANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal do Partido Social Democrático de Santana, na forma da lei eleitoral vigente, convoca os senhores membros, filiados e simpatizantes, representações parlamentares, para Comparecerem na sede Social do Independente Esporte Clube as 9:00 horas do dia 30 de Junho do corrente ano para a Convenção Municipal que se prolongará até as 17:00 hs, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais 1996.
2. Escolha dos candidatos, aos cargos de Prefeito e Vereador para as eleições Municipais de 1996, assim como o sorteio dos seus respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 Almirante Rocha Freires
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE F. J. J. J.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Executiva Municipal na forma da Lei Eleitoral vigente, convoca os senhores membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal do Partido Social Democrático, representações parlamentares, filiados e simpatizantes do Partido, para comparecerem a CONVENÇÃO MUNICIPAL a realizar-se no dia 23 de Junho de 1996, na sede da Câmara Municipal às 9:00 horas que se prolongará até as 17:00 horas, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais de 1996.
2. Escolha dos candidatos, aos cargos de Prefeito e Vereador para as eleições Municipais, assim como o sorteio dos seus respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 José Amílcar Pereira Figueira
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE TARTARUGALSHINHO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal Provisória de Itaubal do Partido Social Democrático na forma da Lei Eleitoral vigente, convoca os senhores membros da Comissão representações parlamentares, filiados e simpatizantes do Partido para comparecerem a Convenção Municipal a realizar-se no dia 22 de junho de 1996 no prédio da Câmara de Vereadores do Município de Itaubal às 9:00 horas que se prolongará até as 17hs, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais de 1996.
2. Escolha dos candidatos aos cargos de Prefeito e Vereador para as eleições Municipais de 1996.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 Edilene Rêgo de C. Filho
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE MACAPÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal Provisória de Macapá do Partido Social Democrático, na forma da lei eleitoral vigente convoca os senhores membros da Comissão, filiados e simpatizantes do partido, representações parlamentares para comparecerem a CONVENÇÃO MUNICIPAL a realizar-se no dia 23 de junho do corrente ano na sede da Câmara Municipal às 9:00 horas que se prolongará até as 17:00 horas, para a deliberação da seguinte

rente ano na sede da Câmara Municipal às 9:00 horas que se prolongará até as 17 horas, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de Coligações para as eleições Municipais 1996.
2. Escolha dos candidatos aos cargos de Vereadores e Prefeito para as eleições Municipais de 1996, assim como os seus respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 Roberto Teixeira de Moura
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE CALÇÓES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal Provisória de Calçoene, do Partido Social Democrático, na forma da Lei eleitoral vigente, convoca os senhores membros, filiados e simpatizantes, representações parlamentares, para comparecerem na sede da Câmara Municipal, para a realização da CONVENÇÃO MUNICIPAL, às 9:00 hs no dia 23 de junho, que se prolongará até as 17:00hs, para a realização ou melhor deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de Coligações para as eleições Municipais de 1996.
2. Escolha dos candidatos aos cargos de Prefeito e Vereador para as eleições Municipais de 1996, assim como o sorteio dos seus respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 Cícero Ferreira Mendes
 Presidente

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE MACAPÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Executiva Municipal na forma da Lei Eleitoral vigente, convoca os senhores membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal do Partido Social Democrático representações parlamentares, filiados e simpatizantes do Partido, para comparecerem a Convenção Municipal a realizar-se no dia 23 de junho 1996, na sede Social da UBA, União Beneficente dos Motoristas do Amapá, em Macapá às 9:00hs que se prolongará até as 17 hs, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais de 1996.
2. Escolha dos candidatos, aos cargos de Prefeito e Vereadores para as eleições, assim como o sorteio dos seus respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 Paulo Leite de Mendonça
 Presidente.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE NAZAGÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Comissão Municipal Executiva, na forma da Lei Eleitoral vigente, convoca os senhores membros efetivos e suplentes do Diretório Municipal do Partido Social Democrático, representações parlamentares, filiados e simpatizantes, para comparecerem a CONVENÇÃO MUNICIPAL, a realizar-se na sede da Câmara de Vereadores do Município de Nazagão, às 9:00 horas que se prolongará até as 17:00 Hs, para a deliberação da seguinte

ORDEN DO DIA

1. Discussão para a realização de coligações para as eleições Municipais de 1996.
2. Escolha dos candidatos, aos cargos de Prefeito e Vereador para as eleições Municipais de 1996, assim como o sorteio dos respectivos números.
3. O que ocorrer.

[Assinatura]
 José Adailton
 Presidente

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO-PMDB
DIRETÓRIO MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Diretório Municipal de Laranjal do Jari, no uso de suas atribuições e Competência convoca todos os membros do Diretório Municipal, Suplentes, Parlamentares com Domicílio Eleitoral no Município, Delegados e Suplentes Municipais, para estarem presentes às 09:00 horas do dia 16 de junho de 1996, na Sede do Veteranos Esporte Clube, situada no Bairro do Agreste, nesta cidade de Laranjal do Jari, para discutirem e votarem a seguinte:

ORDEN DO DIA

01. Decidir e votar sobre possíveis coligações com outros Partidos Políticos;
02. Indicação e votação dos candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores para o pleito de 1996;
03. O que ocorrer.

Laranjal do Jari, 3 de junho de 1996.

Francisco Brando de Oliveira
 Presidente do Diretório Municipal do PMDB

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO PACOVAL.

A Associação dos Moradores do Bairro do Pacoval, funcionará provisoriamente na Avenida Ceará, 1027, também representada pela sigla A.M.B.P. fundada em 22 de Abril de 1995, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos. Políticos-Partidários, o prazo de duração é de tempo indeterminado, admitirá somente Sócio Agregado, a Diretoria será constituída de Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro, Diretor Social, Diretor de Comunicação, Diretor de Patrimônio, Diretor de Esporte e Diretor de Habitação e o Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) Suplentes, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária em votação secreta, eleito por 2 (dois) anos com direito a uma reeleição, no caso de dissolução seu patrimônio reverterá em benefícios de outras entidades de fins semelhantes, registrada no Conselho Estadual de Assistência Social e no Conselho Municipal de Assistência Social, somente se dissolverá após deliberação da Assembleia Geral, para este fim especialmente convocada e mediante votação favorável de 2/3 dos associados inscrito, os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos consultando a Assembleia Geral.

Pedro da Paixão Dias
 PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DO TREM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da Associação dos Moradores do Bairro do Trem, de acordo com que estabelece o Estatuto da Entidade, convoca seus associados e demais moradores para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30.06.96 (domingo) das 09:00 às 12:00 horas, tendo como local a Escola de 1º Grau Alexandre Vaz Tavares, sito à Av. Feliciano Coelho, bairro do Trem, tendo como pauta do dia: ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA.

Macapá, 12 de junho de 1996

RAIMUNDO MACIEL DE ARAÚJO
 Presidente

CARTÓRIO JUCÁ

PROCLAMA DE CASAMENTO

O Oficial do Cartório Civil de Casamento desta cidade de Macapá-Cap. do Est. do Amapá-Rep. Fed. do Brasil, faz saber que pretendem se casar: PAULO CESAR DA SILVA e HELENA ALVES DOS ANJOS.

Ele é filho de Ramiro Lino da Silva e de Josefa Maria Marcela da Silva.

Ela é filha de Walter Jesus dos Anjos e de Maria Petronila Alves dos Anjos.

Quem souber de qualquer impedimento legal que os iniba de casar um com o outro, acuse-os na forma da lei.

Macapá, 24 de maio de 1996
 SÔNIA REGINA SENA DE ALMEIDA
 1ª Escrevente Autorizada

Prefeituras, Camaras e Órgãos Municipais

Prefeitura de Macapa

SECRETARIA MUNC. DE PLANEJ. URB. E MEIO AMBIENTE

RECEBIDO

Em, 30 / 05 / 96

João Bosco Naveiro

JOÃO BOSCO NAVEIRO
 Prefeito Municipal de Macapá

Na Justificativa publicada no Diário Oficial do Estado, nº 1320 em 20.05.96, retificamos os seguintes valores em favor das empresas abaixo mencionadas:

CAESA

ONDE SE LÊ: R\$ 3.182,91 (Três mil cento e oitenta e dois reais e noventa e um centavos);

LEIA-SE: R\$ 3.182,95 (Três mil cento e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

TELEAMPA

ONDE SE LÊ: R\$ 3.717,91 (Três mil setecentos e dezesseite reais e noventa e um centavos);

LEIA-SE: R\$ 3.562,47 (Três mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Macapá, 30 de maio de 1996.

MERSON GOMES FLEIXA
 Secretária da SEMPLUPA

EDITAL DE CHAMADA

Chamamos a Sra. CLARICE RIBEIRO DA SILVA, a comparecer nesta Prefeitura Municipal, para contestar ou impugnar o pedido referente o lote de terra nº 350, quadra 02 e setor 05, que se encontra em andamento na Prefeitura Municipal de Macapá.

Os interessados que se julgarem com direito ao imóvel, poderão reclamar junto à Procuradoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação deste Edital.

Macapá, 30 de maio de 1996

Marcelo Matos de Oliveira
 Procurador para Assuntos Administrativos
 OAB/AP 401

Prefeitura Municipal de Amapari

DECRETO Nº 11 de 14 de MAIO de 1996

O Prefeito Municipal de Amapari, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E

Art. 1º Destinar para a Escola Municipal de 1º Grau Agrícola a Área de Terra Urbana, compreendida pelos Limites:

De Frente = Ao Sul para a 4ª Avenida
 De Fundo = Ao Norte até o Rio Amapari
 Do Lado Dir. A Leste com Estrada de Ferro do Amapá
 Do Lado Esq. A Oeste com o Rio Amapari

Medindo 35 hectares e pertencente a este Município.

Art. Este Decreto entra em vigor na data de sua Assinatura, revoga-se as disposições em contrário.

MARIA DO SOCORRO PELAES

= Prefeita Municipal de Pedra Branca do Amapari =

DECRETO Nº 12 de 14 de MAIO de 1996

O Prefeito Municipal de Amapari, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

R E S O L V E

Art. 1º Destinar para o Hotel Municipal a Área de Terra Urbana compreendida pelos Limites.

De Frente: Estrada Perimetral Norte
 Do Lado Dir: Vila de Água Fria
 Do Lado Esq: Rio Água Fria
 De Fundo: Linha = B =

Medindo 100 metros de frente por 100 de fundo, pertencente a este Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua Assinatura, revoga-se as disposições contrárias.

MARIA DO SOCORRO PELAES

= Prefeita Municipal de Pedra Branca do Amapari =

DECRETO Nº 13 de 14 de MAIO de 1996

O Prefeito Municipal de Amapari, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E

Art 1º Destinar para a Escola Municipal de 1º a 4º série a Área de Terra Urbana compreendida pelos limites:

De Frente: Estrada Perimetral Norte
 De Lado Dir: Vila do Centro Novo
 Do Lado Esq: Vila do Centro Novo
 De Fundo: Com a Floresta

Medindo 100 metros de frente por 100 de fundo, pertencente a este Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revoga-se as disposições em contrário.

MARIA DO SOCORRO PELAES
 = Prefeita Municipal de Pedra Branca do Amapari =